



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2010**

**RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
REFERENTE PROCESSO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ
OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 107/2010 E DA PORTARIA TCU
Nº 277/2010.**

MACAPÁ, 29 DE ABRIL DE 2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

QUADRO I.A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
QUADRO II – PLANO DE AÇÃO	13
QUADRO III – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	17
QUADRO IV.A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	18
QUADRO V.A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	20
QUADRO VI.A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	20
QUADRO VII.A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	21
QUADRO VIII.A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	22
QUADRO IX.A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	22
QUADRO X.A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	23
QUADRO XI.A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	25
QUADRO XII.A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	26
QUADRO XIII – INDICADORES DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	27
QUADRO XIV – INDICADOR SOCIOAMBIENTAL	28
QUADRO XV.A.3.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	37
QUADRO XVI.A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37
QUADRO XVII.A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	38
QUADRO XVIII.A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	39
QUADRO XIX.A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	40
QUADRO XX.A.5.4 - SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	40
QUADROXXII.A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	41
QUADRO XXIV.A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE	43
QUADRO XXV. A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA	44
QUADRO XXVI.A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – CONDUÇÃO DE VEÍCULOS.....	44
QUADRO XXVII.A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – JARDINAGEM E PAISAGISMO	45



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

QUADRO XXVIII. A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MANUTENÇÃO TELEFONES	46
QUADRO XXIX.A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MANUTENÇÃO COPIADORAS	46
QUADRO XXX. A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE AR	47
QUADRO XXXI.A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA– MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE SOM/PLENÁRIO.....	47
QUADRO XXXII.A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	48
QUADRO XXXIII – ABSENTEÍSMO	49
GRÁFICO 1. COMPARAÇÃO ENTRE OS PERCENTUAIS DE SATISFAÇÃO DE CADA UM DOS FATORES DE CLIMA	56
QUADRO XXXIV – PLANO DE AÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	60
QUADRO XXXV.A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	62
QUADRO XXXVI. A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	65
QUADRO XXXVII.A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ	68
QUADRO XXXVIII.A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	70
QUADRO XXXIX.A.15.2 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	71
QUADRO XL.A.15.3 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	72
QUADRO XLI.A.15.4 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	73
QUADRO XLII.A.15.5 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	74
QUADRO XLIII.A.15.6 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	75
QUADRO XLIV.A.15.7 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	76
QUADRO XLV.A.15.8 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	78
QUADRO XLVI.A.15.9 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	79
QUADRO XLVII.A.15.10 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCICIO	80
QUADRO XLVIII.A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	81
QUADRO XLIX.C.1.1 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO	85
QUADRO L.C.1.3 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS.	88
QUADRO LI.C.1.4 – PARTIDOS QUE PRESTARAM CONTAS EM 2009.	88
QUADRO LII. C.1.5 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009	90



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A – Atividade

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASI – Automation System of Inventory (sistema de controle de bens patrimoniais)

CCI – Coordenadoria de Controle Interno

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPL – Comissão Permanente de Licitação

COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças

CRE – Corregedoria Regional Eleitoral

DG – Diretoria Geral

DN – Decisão Normativa

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

NA – Não se Aplica

OP - Operações Especiais

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRES – Presidência

PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor

Res. – Resolução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

RG – Relatório de Gestão

SADP3 – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos

SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

SAO – Secretaria de Administração e Orçamento

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SEJUD – Secretaria Judiciária

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

TI – Tecnologia da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TRE – AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

TSE – Tribunal Superior Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO..	8
A – CONTEÚDO GERAL.....	9
1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:	11
a) Responsabilidades institucionais da unidade:	11
I. Competência Institucional;	11
II. Objetivos estratégicos.	11
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:	11
I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;	12
II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	12
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:	13
I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;	
II. Execução física das ações realizadas pela UJ.....	18
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:	20
I. Programação Orçamentária das Despesas;	20
II. Execução Orçamentária das Despesas;.....	28
III. Indicadores Institucionais.	27
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	36
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	37
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:	40
a) Composição do quadro de servidores ativos;	38
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;	40
c) Composição do quadro de estagiários;	41
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;.....	42
e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;	43
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	51
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	56
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	56
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	56
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:.....	60
a) Ambiente de controle;	58
b) Avaliação de risco;	59
c) Procedimentos de controle;	60
d) Informação e Comunicação;.....	60



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

<i>e) Monitoramento.....</i>	<i>60</i>
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.....	64
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.	66
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:.....	67
<i>a) Planejamento da área;.....</i>	<i>67</i>
<i>b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;</i>	<i>67</i>
<i>c) Segurança da informação;</i>	<i>67</i>
<i>d) Desenvolvimento e produção de sistemas;</i>	<i>67</i>
<i>e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.</i>	<i>68</i>
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS Nºs 5.355/2005 E 6.370/2008.....	69
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL..	69
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.	70
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	81
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	83
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	83
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.....	84
C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	85
1. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO COMO PREVISTO NOS ART. 40 A 43 DA LEI Nº 9.096/95, BEM COMO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DESTA DN.....	85



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

Em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública e em cumprimento às disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, combinada com a DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, apresentamos o Relatório de Gestão do **Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**, referente ao exercício de 2010. Este Relatório contém informações: orçamentária, financeira, contábil e operacional, descritas em forma de textos, quadro e declarações, conforme orientações contidas nas normas supracitadas, as quais foram levantadas junto às áreas responsáveis pelo planejamento, como COF, SGP, STI, SEJUD, CCI, SAGEC e CPL, sendo consolidado pela SAO, atribuição essa instituída pela Res. Nº 302/2007, de 22 de maio de 2007, Regulamento da Secretaria deste Tribunal.

Como órgão integrante do Poder Judiciário Federal, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá desenvolveu suas ações através do planejamento orçamentário mais gerencial e independente da classificação orçamentária, estabelecendo três níveis de decisão: o estratégico – através de definição de prioridades que orientaram as ações durante o exercício financeiro, o administrativo – definindo os itens de gasto e o orçamentário – definindo-se valores. Neste sentido, adotou um rol de prioridades na análise das demandas pela finalidade dos gastos, visando estabelecer os focos de atenção que foram considerados no seu plano de ação.

A participação de todos os setores que compõem a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e Zonas Eleitorais na Gestão das ações foi de suma importância, isto porque a integração e comprometimento de todos no processo de elaboração da Proposta Orçamentária, bem como no controle e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2010 viabilizou projetos voltados à satisfação dos interesses da coletividade, na medida em que consubstanciou os objetivos previamente estabelecidos e permitiu uma execução de forma equilibrada dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal.

Neste sentido, o Planejamento se transformou em instrumento de tomada de decisões que definiram os rumos e preparação dos gestores na busca integrada pelo atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, consubstanciadas nas ações administrativas para o cumprimento das estratégias.

No exercício de 2010, as ações programadas sofreram cortes em virtude da política de contenção de gasto imposta pelo Governo Federal, cabendo a este Tribunal um contingenciamento no valor de R\$ 443.980,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e novecentos e oitenta reais), influenciando na tomada de decisão, e impactando a execução orçamentária. Entretanto, foram desenvolvidas com segurança, eficiência e rapidez, com custos operacionais reduzidos, frente à necessidade de eleição de prioridades decorrente da limitação existente, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade, dentre as quais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

destacamos: **a)** a implantação do Projeto Servidor Convocado, para reforçar a equipe da Secretaria Judiciária, auxiliando na demanda de serviços referentes às Eleições Gerais 2010, em regime de escala, diminuindo, dessa forma, o quantitativo de horas extras trabalhadas e pagas; **b)** a conclusão das obras de construção do prédio anexo a este TRE; **c)** a valorização das parcerias institucionais nas ações sociais e de eleição; **d)** a ampliação do acesso dos usuários às informações referentes à Justiça Eleitoral; **e)** a realização da Eleição nos municípios de Calçoene e Ferreira Gomes, utilizando o sistema biométrico; **f)** a ampliação das ações do Programa Eleitor do Futuro; **g)** transparência no processo eleitoral, dando ampla divulgação e esclarecimentos acerca de todas as fases do processo eleitoral, aos partidos políticos, candidatos e à população em geral.

A – Conteúdo Geral

1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada

Quadro I.A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Denominação abreviada: TRE-AP			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: UO – 14.128		Código SIAFI: 070029
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça Eleitoral			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(096) 2101-1502	(096) 2101-1510	(096) 2101-1520
Endereço eletrônico: pre@tre-ap.gov.br / gabdbg@tre-ap.gov.br / dg@tre-ap.gov.br			
Página da Internet: http://www.tre-ap.jus.br			
Endereço Postal: Av. Mendonça Júnior, 1502 – Centro, CEP: 68900-020 – Macapá/AP			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição Federal, art. 9, V, c/c art. 120, e Ata de instalação, datada de 10 de fevereiro de 1992.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Normas que estabelecem o regimento interno do Tribunal: - Resolução TRE/AP nº 107/96 Norma que estabelece a estrutura organizacional: - Resolução TRE/AP nº 302/2007	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manuais: - Manual de Procedimentos Cartorários. - Manual de Padronização dos Atos Administrativos (TSE). Publicado em maio de 2009 -Manual de orientação sobre as obrigações previdenciária e imposto de renda. -Manual do Sistema de concessão e prestação de contas de suprimentos de fundos Publicações: - Diário da Justiça Eleitoral. Publicação diária - Revista do Servidor - Boletim Interno - Biblioteca Digital	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
070029	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
070029	00001

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá como Órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, tem como competência, estabelecida na Constituição Federal, a jurisdição especializada sobre a matéria eleitoral no Estado do Amapá e a realização das eleições.

A Justiça Eleitoral realiza, ainda, o cadastramento eleitoral através das operações: alistamento eleitoral, por meio do qual o eleitor adquire a capacidade para votar e ser votado, transferência de domicílio eleitoral, revisão de dados cadastrais, emissão de 2ª Via de Título Eleitoral e Certidões; o gerenciamento do cadastro de eleitores de todo o estado, através do processamento eletrônico de dados; a análise das prestações de contas dos Partidos Políticos; a convocação de mesários, a logística para a realização das eleições; a expedição de diplomas de candidatos eleitos; a diplomação dos eleitos; o cumprimento das instruções e determinações do TSE; a análise e julgamento dos processos de registro de candidatura; dos crimes eleitorais; das reclamações e representações por descumprimento da legislação pertinente à propaganda eleitoral e das prestações de contas das campanhas.

A responsabilidade da Justiça Eleitoral do Amapá não se limita apenas às atividades acima elencadas, ao longo do tempo tem cada vez mais se voltado para o social, visando à promoção da cidadania através dos Programas Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, os atendimentos itinerantes realizados pelas Zonas Eleitorais, as eleições não oficiais solicitadas por vários Poderes e Instituições e dessa forma conscientizando o eleitor para importância do voto e para a necessidade de participação na vida política de sua cidade e seu país.

II. Objetivos estratégicos.

Fruto de um processo de construção compartilhado, o Planejamento da Justiça Eleitoral busca a melhoria do desempenho e a maior sinergia entre o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais e os Cartórios Eleitorais, contribuindo para a consolidação dessa justiça especializada em sua posição de destaque no cenário nacional e internacional.

Neste contexto, o Planejamento Estratégico do TRE/AP aprovado em dezembro de 2009 com ações voltadas para as seguintes áreas estratégicas: **Eficiência Operacional, Alinhamento e Integração, Atuação Institucional, Responsabilidade Social, Gestão de Pessoas, Infra-estrutura e Tecnologia e Orçamento**, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

I – Garantir a agilidade e segurança aos trâmites judiciais e administrativos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

- II – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;
- III – Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral;
- IV – Fomentar a interação e a troca de experiência entre tribunais (nacional e internacional);
- V – Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE/AP;
- VI – Fortalecer e harmonizar as relações com os poderes e instituições;
- VII – Aprimorar a comunicação com públicos externos;
- VIII – Promover a cidadania;
- IX – Melhorar a relação com o meio ambiente;
- X – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos seus agentes;
- XI – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia;
- XII – Adequar quadro funcional às necessidades institucionais;
- XIII – Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais;
- XIV – Garantir a infra-estrutura de TI;
- XV – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá desenvolveu seu planejamento estratégico no ano de 2008 para ter vigência até 2014. Esse trabalho contou com a participação dos Chefes de Seção, Coordenadores, Secretários, Assessores e Diretor Geral, sendo concebido a partir das orientações da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, utilizando-se a metodologia PDCA.

O modelo possui quatro procedimentos básicos:

- **Plan (planejamento):** estabelecer missão, visão, objetivos (metas), procedimentos e processos (metodologias) necessários para a consecução dos resultados.
- **Do (execução):** realizar, executar as atividades.
- **Check (verificação):** monitorar e avaliar periodicamente os resultados, avaliar processos e resultados, confrontando-os com o planejado, objetivos, especificações e estado desejado, consolidando as informações, eventualmente confeccionando relatórios.
- **Act (ação):** Agir de acordo com o avaliado e de acordo com os relatórios, eventualmente determinar e confeccionar novos planos de ação, de forma a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas.

Para assegurar a implementação das ações e produção dos objetivos e resultados planejados o plano estratégico deve ser monitorado de forma contínua e ininterrupta. Em sua essência, o Monitoramento Estratégico possui quatro objetivos:

- Assegurar que as estratégias e projetos estratégicos sejam executados segundo suas formulações e detalhamentos;
- Assegurar que as estratégias e projetos estratégicos produzam, como consequência, a realização efetiva dos objetivos estratégicos, da missão e visão de futuro da organização;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

- Verificar se os comportamentos das premissas e variáveis internas e externas, que orientaram as decisões do planejamento, evoluem segundo o previsto;
- Identificar novos fatores capazes de impactar, de forma relevante, a organização e/ou seu ambiente de atuação.

O sistema de monitoramento e avaliação é uma forma de assegurar o cumprimento do Plano Estratégico e a obtenção dos resultados esperados. Assim, o sistema de monitoramento e avaliação da estratégia do TRE-AP é constituído de reuniões de análise crítica do desempenho, executado conforme os preceitos do *Balanced Scorecard* – BSC, metodologia amplamente utilizada no mundo corporativo para as atividades de planejamento e gerenciamento da estratégia das organizações.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

O plano de ação é um conjunto de decisões e prioridades que orientam a atuação da organização, num horizonte de curto e médio prazo, segundo os balizamentos estabelecidos.

Nesse sentido, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá focou-se nos objetivos estratégicos, por meios de ações específicas, para que os indicadores apontassem ao máximo para um cumprimento pleno das metas propostas para o exercício de 2010, mas com visão para o ano de 2014.

Quadro II – Plano de Ação

Infraestrutura e Tecnologia				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a Infraestrutura de TI				
Estratégia 1: Garantir que o Data Center funcione 24h.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	DATA CENTER 24hs	STI	Dez/10	100% executado
Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança aos trâmites administrativos				
Estratégia 1: Estabelecer fluxograma de tramitação de PA's e cronograma para aquisição de materiais e prestação de serviços.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Processos Administrativos de aquisição de bens e serviços: agilidade e segurança	SAO	Dez/10	100% executado
Orçamento				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar os recursos orçamentários para a execução da estratégia				
Estratégia 1: Identificação das melhores práticas de Planejamento, Orçamento, Finanças e contabilidade, visando cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico, diminuindo perdas orçamentárias.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Orçamento para o Planejamento Estratégico	SAO/COF	Dez/10	100% executado
Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir agilidade e segurança nos trâmites judiciais e administrativos				
Estratégia 1: Reforçar a equipe da Secretaria Judiciária para atender a demanda de serviços das Eleições Gerais de 2010				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Servidor Convocado	SEJUD	Dez/10	100% executado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Responsabilidade Social				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a cidadania				
Estratégia 1: Oferecer meios de ampliação da cidadania, buscando incentivar a leitura, o conhecimento da Justiça Eleitoral (missão, história e julgados) e o conhecimento do processo eleitoral e dos seus objetivos, com vistas a colaborar com decisões mais conscientes do eleitor.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Cidadania Ativa	SEJUD	Dez/10	100% executado
Atuação Institucional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer e harmonizar as relações com os poderes e instituições				
Estratégia 1: Potencializar a interação com os poderes e instituições.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Parceria Ativa	DG	Dez/10	100% executado
Alinhamento e Integração				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE-AP				
Estratégia 1: Manter e/ou melhorar a comunicação entre os diversos setores do Tribunal, alcançando inclusive o público externo..				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Comunicação Integrada	SGP	Dez/10	100% executado
Gestão de Pessoas				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia				
Estratégia 1: Envolver os agentes com os objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá por meio de verdadeiras campanhas publicitárias e de <i>workshops</i> .				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Campanha de <i>endomarketing</i>	ASCOM	Dez/10	100% executado
Gestão de Pessoas				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Adequar quadro funcional às necessidades institucionais				
Estratégia 1: Promover o permanente monitoramento da distribuição do quadro de pessoal para, ante as necessidades, propor adequações do quadro por meio de lotação de servidores e/ou requisição de mão de obra de outros órgãos ou, ainda, a contratação de terceirizados. Promover estudos sobre a real necessidade de ampliação do quadro de pessoal efetivo para fins de proposição às instâncias competentes – Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Comitê de Gestão Estratégica	DG	Dez/10	100% executado
Alinhamento e Integração				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional e internacional)				
Estratégia 1: Desenvolver um dispositivo informativo no qual constem as instrutorias internas realizadas nos diversos TREs, visando o intercâmbio desses instrutores				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Cadastro de Instrutores Internos da Justiça Eleitoral	SGP	Dez/10	100% executado
Alinhamento e Integração				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE				
Estratégia 1: Melhorar o relacionamento entre as unidades e estimular a cooperação e a comunicação interna do TRE-AP				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Workshop de integração	SGP	Dez/10	100% executado
Gestão de Pessoas				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e qualidade de vida dos agentes				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Infraestrutura e Tecnologia				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a Infraestrutura de TI				
Estratégia 1: Promover a qualidade de vida dos servidores por meio de ações que visem o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que proporcionem qualidade de vida.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Programa de Qualidade de Vida do TRE-AP	SGP	Dez/10	100% executado
Responsabilidade Social				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Melhorar a relação com o Meio Ambiente				
Estratégia 1: Conscientizar os servidores quanto à importância na mudança de atitudes dentro da instituição, visando a preservação do meio ambiente.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Agenda Ambiental	DG/ASDIGE	Dez/10	100% executado
Infraestrutura e tecnologia				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais				
Estratégia 1: Manutenção eficiente das urnas eletrônicas				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Pacote de ações de infra-estrutura Aperfeiçoar a infra-estrutura dos prédios e das atividades laborais do TRE-AP, visando atender às demandas dos clientes internos e externos.	SAO/STI	Dez/10	100% executado
Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais .				
Estratégia 1: Manutenção eficiente das urnas eletrônicas				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Administração de custos: Diagnosticar custos para otimizar gastos e propor alternativas que busquem a maximização de resultados com a minimização de despesas.	SAO	Dez/10	100% executado
Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar Continuamente a segurança do processo eleitoral				
Estratégia 1: Manutenção eficiente das urnas eletrônicas				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Controle efetivo do Processo Eleitoral: Melhorar a manutenção das urnas eletrônicas para garantir a qualidade da conservação e logística dos equipamentos utilizados	SEJUD	Dez/10	100% executado
Atuação Institucional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a comunicação com o público externo				
Estratégia 1: Divulgação e esclarecimento de todas as etapas/fases do processo eleitoral.				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Transparência no processo eleitoral: Tendo em vista que grande parte dos partidos políticos, candidatos e demais pessoas interessadas não acompanham o processo eleitoral, surge a idéia de divulgar e dar conhecimento de todos os	SEJUD ASCOM	Dez/10	100% executado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Infraestrutura e Tecnologia				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a Infraestrutura de TI				
	procedimentos do processo eleitoral, proporcionando transparência e credibilidade.			
Eficiência Operacional				
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoar o planejamento de eleições				
Estratégia 1: Implementar a integração das unidades no Plano Geral das Eleições				
ID	AÇÕES	RESP.	PRAZO	STATUS (%)
1.1	Planejamento integrado de Eleições: Os planejamentos são realizados de forma isolada entre as unidades, dificultando o acompanhamento e a integração.	SEJUD/SAO STI/SGP CRE/ZONAS	Dez/10	100% executado

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

A Portaria 779/2008, do Tribunal Superior Eleitoral, designou o Diretor Geral do TSE como responsável pelo Gerenciamento do Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, e os titulares das Unidades Administrativas de cada Regional como Coordenadores de ações orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral, responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução física e financeira do Programa, bem como das ações a ele vinculadas, em atenção ao contido na Lei 11.653/2008 e no artigo 3º do Decreto 6.601/2008.

De acordo com o artigo 2º da referida Portaria, os Coordenadores de Ações são os titulares das Unidades Administrativas de cada Tribunal. No caso deste Regional, são os seguintes:

- Diretor Geral: coordenou a ação Ampliação do Edifício Sede do TRE/AP;
- Secretária de Administração e Orçamento: coordenou a ação Gestão e Administração do Programa. Essas despesas compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota de veículos, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa;
- Secretário de Tecnologia da Informação: coordenou a ação Ações de Informática. Essas despesas compreendem serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática, aquisição de materiais de processamento de dados e suporte técnico nas áreas de Tecnologia da Informação;
- Secretária de Gestão de Pessoas: coordenou as ações Assistência Pré-escolar, Auxílio Transporte, Auxílio-Alimentação, Capacitação de Recursos Humanos, Assistência Médica e Odontológica e Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2010 foram contempladas as Funcionais Programáticas “Gestão do Processo Eleitoral” e “Previdência de Inativos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Pensionistas da União”, relacionados a diversas ações orçamentárias, que deram respaldo a toda estrutura organizacional deste órgão.

Além do orçamento consignado na LOA/2010, o Tribunal recebeu suplementação de crédito do Tribunal Superior Eleitoral, visando custear despesas com as Eleições Gerais de 2010, na ação Pleitos Eleitorais no valor de R\$ 5.097.912,00.

Quadro III – Relação dos Programas e Ações sob responsabilidade da UJ

Unidade Executora	Programa		Ação		
	Nº	Título do Programa	Nº	Título da Ação	Valores Aprovados na LDO (R\$)
14.128 – TRE/AP	0570	Gestão do Processo Eleitoral	11SK	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	400.000,00
			09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime Previdenciário dos Servidores Públicos Federais	2.920.295,00
			2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	212.966,00
			2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	12.000,00
			2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.076.426,00
			2272	Gestão e Administração do Programa	26.590.248,00
			4091	Capacitação de Recursos Humanos	205.150,00
			2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	648.872,00
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	775.738,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

As ações pertencentes aos programas em tela estão apresentadas na tabela a seguir, que também inclui o demonstrativo da execução física em 2010, com as suas respectivas metas.

Quadro IV.A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011**
02	122	0570	11SK	OP	3	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10	10	2
02	122	0570	09HB	OP	3	NA*	NA*	NA*	NA*
02	365	0570	2010	A	3	CRIANÇA ATENDIDA	43	46	41
02	331	0570	2011	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	10	0	10
02	306	0570	2012	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	143	147	149
02	122	0570	2272	A	3	NA*	NA*	NA*	NA*
02	128	0570	4091	A	3	SERVIDOR CAPACITADO	166	538	143
02	301	0570	2004	A	3	PESSOA BENEFICIADA	436	442	440
09	272	0089	0396	OP	3	PESSOA BENEFICIADA	4	4	NA*

Fonte: SIGPlan e LOA/2010

*Não há previsão de execução física na LOA

**Meta a ser realizada em 2011 = de acordo com a LOA/2011

Análise da execução Física das ações realizadas:

O Regional desenvolveu suas ações através do planejamento orçamentário mais gerencial e independente da classificação orçamentária, estabelecendo três níveis de decisão: o estratégico – através de definição de prioridades que orientaram as ações durante o exercício financeiro, o administrativo – definindo os itens de gasto e o orçamentário – definindo-se valores. Neste



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

sentido, com a participação de todos os setores que compõem a Secretaria deste TRE e Zonas Eleitorais, se adotou um rol de prioridades na análise das demandas pela finalidade dos gastos, visando estabelecer os focos de atenção que foram considerados no seu plano de ação.

No exercício de 2010, as ações programadas sofreram cortes em virtude da política de contenção de gasto imposta pelo Governo Federal, influenciando na tomada de decisão e impactando a execução orçamentária. Entretanto, foram desenvolvidas com segurança, eficiência e rapidez com custos operacionais reduzidos, frente à necessidade de eleição de prioridades decorrente da limitação existente.

Com o orçamento consignado na Lei Orçamentária Anual, iniciou-se o processo de execução e controle orçamentário, financeiro e contábil da despesa, assim como o acompanhamento, por meio de Conformidades de Gestão e Contábil dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

No Primeiro Bimestre de 2010, houve frustração da receita da União, dificultando a execução orçamentária no primeiro semestre de 2010, constituindo o chamado "contingenciamento", cabendo a este Regional o montante de R\$ 443.980,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e novecentos e oitenta reais) na ação Gestão e Administração do programa, sendo R\$168.980,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos e oitenta reais) em custeio e R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil) em investimento, o que prejudicou o planejamento para o primeiro semestre desse exercício. Referidos valores foram descontingenciados ainda no primeiro semestre de 2010.

Através do SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento, foi efetuado o acompanhamento físico e financeiro das ações consignadas no orçamento de 2010. Essas informações foram de essencial importância para o gerenciamento do orçamento, já que o acompanhamento mensal das metas pré-estabelecidas possibilitou um diagnóstico em relação à sua execução, permitindo correção no caso de possíveis restrições ou falha de desempenho.

As metas físicas previstas foram efetivamente realizadas nas seguintes ações: Ampliação do Edifício-Sede do TRE/AP, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores, Auxílio-Alimentação aos Servidores, Capacitação de Recursos Humanos, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes e Pagamento de Aposentadorias e Pensões; excetua-se a ação Auxílio-Transporte, cuja execução da meta dependeu de requerimento por parte dos servidores, o que não ocorreu.

Em relação à execução física na ação Capacitação de Recursos Humanos apresenta quantitativo muito acima da meta prevista, isso em função de constar, no SIGPLAN, metas físicas cumulativas, ou seja, apresentam somatória de janeiro a dezembro. As metas físicas programadas – 166 servidores capacitados - foram efetivamente realizadas.

Quanto à ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, ressalte-se que a meta física constante na LOA/2010 - 415 beneficiários - não se harmonizou com a previsão real de evolução do quantitativo físico verificado por este Regional, tendo em vista que na análise para estipulação do referencial monetário, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão considerou a execução orçamentária no exercício de 2008, execução orçamentária de março de 2009, execução orçamentária média de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2009 e média da dotação de 2009. Apesar de alteração da meta física para 436 beneficiários, em dezembro de 2010 atingiu 442 pessoas beneficiadas, concluindo-se pelo cumprimento das metas estabelecidas.

No que tange às ações Gestão e Administração do Programa e Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regimento de Previdência dos Servidores Públicos Federais, não houve previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual – LOA/2010.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.

I. Programação Orçamentária das Despesas.

Quadro V.A.2.3 – Identificação Da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	14128	070029

Quadro VI.A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		19.630.449,00	26.004.964,00			8.861.945,92	11.553.999,10
	PLOA		19.630.449,00	26.004.964,00			6.499.873,00	4.527.645,81
	LOA		19.630.449,00	26.004.964,00			6.414.556,00	9.931.263,00
CRÉDITOS	Suplementares		4.712.185,00	484.146,00			36.991,00	814.741,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	24.342.634,00	26.489.110,00			6.451.547,00	10.746.004,00

Fonte: SIGEPRO (Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária); SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

Quadro VII.A.2.5 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2009		2010		2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		2.323.979,00	1.294.947,00				
	PLOA		550.705,00	367.106,00				
	LOA		550.705,00	767.106,00				
CRÉDITOS	Suplementares			400.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			550.705,00	1.167.106,00				

Fonte: SIGEPRO (Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária); SIAFI (Sistema de Administração Financeira)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro VIII.A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		7.186.122,92	37.558.963,10	2.323.979,00	1.294.947,00		
	PLOA		26.130.322,00	30.532.609,81	550.705,00	367.106,00		
	LOA		26.045.005,00	35.936.227,00	550.705,00	767.106,00		
CRÉDITOS	Suplementares		4.749.176,00	1.298.887,00		400.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			30.794.181,00	37.235.114,00	550.705,00	1.167.106,00		

Fonte: SIGEPRO (Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária); SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

Quadro IX.A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Movimentação Interna	Concedidos	07001	02.122.0570.2272.0001	0,00	0,00	9.649,70
	Recebidos	07001	02.122.0570.2272.0001	0,00	0,00	438.000,71
		07001	02.061.0570.4269.0001	1.856.329,00	0,00	3.241.583,00
		07001	02.126.0570.7832.0001	0,00	0,00	36.447,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Quadro X.A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	4.175.143,51	5.090.924,11	3.495.439,84	4.560.087,50
Convite	804.449,78	26.898,18	80.363,90	26.898,18
Tomada de Preços	18.782,25		4.236,43	
Concorrência		399.932,51		399.932,51
Pregão	4.075.911,48	4.664.093,42	3.410.839,51	4.133.256,81
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Contratações Diretas	643.098,69	492.740,21	643.098,69	375.047,51
Dispensa	326.507,85	245.484,22	326.507,85	142.318,69
Inexigibilidade	316.590,84	247.255,99	316.590,84	232.728,82
Regime de Execução Especial	21.752,75	16.395,00	21.752,75	16.395,00
Suprimento de Fundos	21.752,75	16.395,00	21.752,75	16.395,00
Pagamento de Pessoal	24.862.088,97	27.617.436,29	24.862.088,97	27.617.436,29
Pagamento em Folha	24.308.046,41	27.158.029,43	24.308.046,41	27.158.029,43
Diárias	554.042,56	459.406,86	554.042,56	459.406,86
Outros	0,00	1.942.075,27	0,00	1.933.747,62

II – Execução Orçamentária das Despesas

Em 2010, através da Lei nº 12.214 – LOA/2010, de 26 de janeiro de 2010, foi estimada a receita e fixada a despesa da União para o exercício, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição e da Lei nº 12.017/2009 – LDO/2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, a Justiça Eleitoral Amapaense recebeu crédito orçamentário para o cumprimento das metas físicas e financeiras constantes no seu Planejamento Estratégico.

Há de se ressaltar que o orçamento deste Regional foi executado em quase sua totalidade, a meta de cada Unidade Orçamentária da Justiça Eleitoral foi reduzir em 10%, o indicador da meta de perdas orçamentárias de Outros Custeios e Capital – OCC, em relação a 2009, tendo como parâmetro o saldo não empenhado, atingindo o nível de 2,58%, onde o percentual médio de perdas pelos TRE's foi de 1,7%. Em relação a esta Unidade Gestora, a perda foi inferior a 1%, comprovando a eficiência no acompanhamento orçamentário, execução da despesa e aderência ao planejado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro XI.A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	24.308.046,41	24.563.561,78	24.308.046,41	24.545.045,16	0,00	18.516,62	24.308.046,41	24.545.045,16
339011	17.962.895,81	17.574.173,62	17.962.895,81	17.574.173,62	0,00	0,00	17.962.895,81	17.574.173,62
339013	3.050.274,18	3.019.333,55	3.050.274,18	3.019.333,55	0,00	0,00	3.050.274,18	3.019.333,55
339016	1.807.971,89	2.494.793,96	1.807.971,89	2.476.277,34	0,00	18.516,62	1.807.971,89	2.476.277,34
Demais elementos do grupo	1.486.904,53	1.475.260,65	1.486.904,53	1.475.260,65	0,00	0,00	1.486.904,53	1.475.260,65
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	6.183.865,12	6.665.879,29	5.585.205,97	6.402.196,95	598.659,15	263.682,34	5.506.672,53	6.402.196,95
339008	162.200,31	209.720,85	162.200,31	209.720,85	0,00	0,00	162.200,31	209.720,85
339014	488.410,36	303.243,11	488.410,36	303.243,11	0,00	0,00	488.410,36	303.243,11
339030	590.420,93	372.806,95	280.453,45	314.161,78	309.967,48	58.645,17	268.632,55	314.161,78
339032	7.890,00	0,00	-	0,00	7.890,00	0,00	-	0,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
339033	202.076,84	156.821,00	197.076,84	155.481,69	5.000,00	1.339,31	189.735,98	155.481,69
339036	222.071,26	453.761,77	219.143,26	449.803,24	2.928,00	3.958,53	209.540,01	449.803,24
339037	1.795.501,32	2.070.633,29	1.688.667,68	2.070.633,29	106.833,64	0,00	1.688.667,68	2.070.633,29
339039	1.565.582,30	1.764.580,29	1.427.631,57	1.597.489,36	137.950,73	167.090,93	1.378.382,09	1.597.489,36
339046	918.686,79	1.071.679,02	908.049,60	1.071.679,02	10.637,19	0,00	908.049,60	1.071.679,02
339047	18.997,28	20.600,00	13.627,72	13.542,29	5.369,56	7.057,71	13.599,87	13.542,29
339092	8.480,98	1.239,77	8.343,02	1.239,77	137,96		8.343,02	1.239,77
339093	178.096,75	204.222,26	172.292,39	189.459,83	5.804,36	14.762,43	171.801,29	189.459,83
Op. Intra Orçamentária	25.450,00	36.570,98	19.309,77	25.742,72	6.140,23	10.828,26	19.309,77	25.742,72

Fonte: Siafi 2009 e 2010, transações >conor; >consultorc

Quadro XII.A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	497.134,72	1.167.036,63	292.649,03	810.386,96	204.485,69	356.649,67	280.567,75	453.737,29
449051	36.764,50	434.970,01	22.218,68	434.970,01	14.545,82	0,00	17.982,25	434.970,01
449052	460.370,22	732.066,62	270.430,35	375.416,95	189.939,87	356.649,67	262.585,50	18.767,28
Demais elementos	-		-	-	-		-	
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi 2009 e 2010, transações >conor; >consultorc

III. Indicadores Institucionais.

a) Indicadores de gestão

Quadro XIII – Indicadores de Prestação Jurisdicional

Tema	Prestação Jurisdicional
Indicador	Índice de julgamento de processos antigos (Meta 2 do CNJ)
Descrição	Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2007.
O que mede	Relação entre processos antigos baixados e o total de processos antigos (Meta2)
Para que medir	Para verificar o alcance da Meta
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria Regional Eleitoral
Quando medir	Final do Ano (2010) ou início do ano de 2011.
Como medir	(Nº de processos anteriores a 31/12/2005 baixados/Nº de processos anteriores a 31/12/2007) x100
Meta	Identificar, Julgar e Baixar 100% dos processos anteriores a 31/12/2007
Resultado	15,38%
Conclusão	Dos processos identificados, foram julgados até dezembro de 2010, o equivalente a 15,38%, o que foi avaliado como deficitário mesmo considerando que o ano de 2010 é caracterizado como eleitoral.
Tema	Prestação Jurisdicional
Indicador	Índice de diminuição de estoque de processos pendentes de julgamento (Meta 1 do CNJ - 2010)
Descrição	Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	estoque, com acompanhamento mensal.
O que mede	Relação entre processos antigos baixados e o total de processos de conhecimento distribuídos em 2010.
Para que medir	Para verificar o alcance da Meta.
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria Regional Eleitoral
Quando medir	Final do Ano (2010) ou início do ano de 2011.
Como medir	Número total de processos de conhecimento criminais não criminais até então não julgados na instância que receberam primeiro ou único julgamento em 2010 DIVIDO pelo Número total de processos de conhecimento não criminais novos ingressados.
Meta	Diminuir o estoque de processos antigos pendentes de julgamento.
Resultado	74,10%
Conclusão	Dos processos identificados (1.564), foram julgados até dezembro de 2010, o equivalente a 74,10%, (1.159) o que foi avaliado como positivo, principalmente considerando que o ano de 2010 é caracterizado como eleitoral.

Quadro XIV – Indicador Socioambiental

Tema	Socioambiental
Indicador	Fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos que estejam frequentando a rede escolar de ensino.
Descrição	Através de ações mais abrangentes, levar a consciência política a um número cada vez maior de crianças e jovens do Estado
O que mede	A relação entre pessoas beneficiadas com o programa em 2009 e 2010
Para que medir	Para verificar a evolução e alcance do Programa
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral
Quando medir	Final do Ano (2009)
Como medir	(Nº de crianças e jovens atendidos em 2010/Nº de crianças e jovens atendidos em 2009) x 100
Meta	Aumentar em 40% o Numero de Jovens atendidos
Resultado	6.500 Jovens Atendidos
Conclusão	Ampliação de 78% (11.560 Jovens Atendidos) Excelente resultado, uma vez que superou a meta proposta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

b) Indicadores Orçamentários

PROGRAMA: 0570 – Gestão do Processo Eleitoral

Ação: 2010 - Auxílio pré-escolar:

O Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução TSE nº 23.116/2009, estabelece os parâmetros para o pagamento de assistência pré-escolar, por meio de auxílio pré-escolar, aos dependentes dos servidores.

No ano de 2010 o TRE/AP planejou atender com o auxílio pré-escolar 43 crianças com até cinco anos, dependentes de servidores efetivos, cedidos, comissionados ou requisitados, proporcionando, através de educação anterior ao Ensino Fundamental, condições para que cresçam de acordo com as características individuais, em ambiente favorável ao desenvolvimento da liberdade de expressão e da capacidade de pensar com independência. Em função do nascimento de filhos de 03 servidores, esse quantitativo subiu para 46.

Assim, utilizou-se como indicador de desempenho o número de crianças beneficiados com o auxílio pré-escolar, ou seja, 46 crianças.

Fórmula de cálculo e método de medição;

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de crianças contempladas)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 46 \times 100 / 43$$

$$Ef = 106,9\%$$

Análise do desempenho

Conforme análise pode-se detectar que todos os servidores que solicitaram auxílio pré-escolar aos seus dependentes, com o perfil pré-estabelecido pela resolução, foram contemplados. Nenhuma criança ficou fora da ação. O que extrapolou o planejamento foi o nascimento de 03 crianças, variável contingencial que acresceu no quantitativo de beneficiários.

Ação: 2011 - Auxílio transporte

No ano de 2010 o TRE-AP não teve beneficiados na ação auxílio-transporte, pois nenhum servidor requereu o benefício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Ação: 2012 - Auxílio Alimentação:

O Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução nº 22.071, de 22 de setembro de 2005, concedeu aos servidores da justiça eleitoral o pagamento de auxílio-alimentação, na proporção de dias úteis trabalhados, objetivando subsidiar despesas relacionadas à refeição do servidor, proporcionando-lhe maior qualidade de vida e satisfação no ambiente organizacional.

Em 2010 o TRE-AP planejou atender 149 servidores com o auxílio alimentação. Até o mês de dezembro do ano em comento, 147 servidores foram efetivamente beneficiados.

Utilizou-se como indicador de desempenho o número de servidores beneficiados com o auxílio-alimentação, ou seja, 147 servidores.

Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores contemplados)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 147 \times 100 / 149$$

$$Ef = 98,7\%$$

Análise do desempenho

Conforme análise pode-se detectar que todos os servidores que solicitaram auxílio, com o perfil pré-estabelecido pela resolução, foram contemplados. Nenhum servidor ficou fora da ação. O que diminuiu o quantitativo físico foi a saída de 02 servidores no mês de dezembro, 01 por vacância e outro por redistribuição.

Ação: 0396 – Capacitação de Recursos Humanos

Para oferecer à Administração critérios mais objetivos para balizar a decisão sobre os diversos pedidos de cursos, ao longo do ano, foi constituído um Comitê Gestor, formado pelos Secretários e Diretor Geral, para o direcionamento das capacitações que seriam realizadas, de acordo com a indicação das Unidades, e através de reuniões esse Comitê, elegeu a capacitação prioritária para a Administração, e, em virtude da limitação orçamentária, obtivemos menos capacitações que a real necessidade da Justiça Eleitoral do Amapá.

São beneficiários da ação acima descrita, os servidores deste Regional, e, por óbvio, as unidades administrativas às quais eles integram. No que se refere a viabilizar a participação de servidores em eventos de capacitação externa (fora do âmbito do TRE-AP), a dificuldade encontrada é a restrição orçamentária. As necessidades de capacitação apontadas pelas unidades foram em quantidade superior ao limite orçamentário. No que tange à indisponibilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

orçamentária, o que poderia ser feito (e já foi) seria solicitar um orçamento mais dilatado, o que, em geral, sempre é rejeitado pelo TSE. Em particular, por força de lei, há duas demandas específicas que merecem especial consideração: A COEDE/SGP proporcionou aos servidores alcançados pelo artigo 5º, §3º da Lei n. 11.416/2006 (Coordenadores, secretários titulares e, ainda, alguns de seus substitutos, além de membro de comissões e grupos de trabalho) curso de desenvolvimento gerencial, cumprindo, assim, a demanda exigida. Também foi ofertado evento de capacitação a todos os agentes de segurança, também cumprindo disposição legal (Lei n. 11.416/2006, art. 17, §3º)

Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e registradas no SIGPLAN, quando aplicável, e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.

Metas físicas e financeiras previstas.

Meta física: 166 servidores

Meta financeira: R\$ 205.150,00

Dados conforme o SIGPLAN

Metas físicas e financeiras realizadas.

Meta física realizada: 538 servidores **(324,10% de execução)**

Meta financeira realizada: R\$ 195.217,00 **(95,15% de execução)**

Dados conforme o SIGPLAN

Observação acerca da Meta Física Realizada: A meta física realizada, constante no SIGPlan (538 servidor capacitado), equivale à somatória dos meses de janeiro a dezembro (meta física cumulativa), o que difere do parâmetro utilizado por este Regional na LOA/2010: servidor capacitado.

Observação acerca da Meta Financeira Realizada: O orçamento para investimento em capacitação de servidores está dividido em dois grandes grupos: bolsa de estudos e capacitação *stricto sensu*. Nesse sentido, no ano de 2010, durante a execução das despesas com bolsa de estudos nas diversas modalidades – graduação, pós-graduação e língua estrangeira – constatou-se que houve alguns custos que foram diminuídos em razão de suspensão de cursos, descontos obtidos junto às instituições de ensino, suspensão do incentivo por razões em resolução e conclusão de cursos. Nesse sentido, em razão de o prazo para as liquidações serem vinculados a um período não inferior a três meses, não houve tempo hábil para remanejamentos que viabilizasse a aplicação daqueles recursos em investimentos em capacitação *stricto sensu*.

Indicadores de desempenho

Para as ações de capacitação assumiu-se como indicador de desempenho o número de servidores capacitados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

O número de servidores capacitados foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação.

II.I- Fórmula de cálculo e método de medição;

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores capacitados)

Re = Realizado (verificação do número de oportunidades de capacitação)

Pr = Previsão (previsão física de servidores que deveriam ser capacitados)

Assim:

$$Ef = 538 * 100 / 166$$

$$Ef = 324,10\%$$

Análise do desempenho

O resultado acima exposto indica que foram oferecidas mais de uma oportunidade de capacitação por servidor, o que explica o valor ter ultrapassado o limite de 100%. O resultado é positivo no sentido de que foram criadas várias oportunidades de capacitação para os servidores. Contudo, há que se ponderar quanto ao fato de que nem todas as necessidades de capacitação levantadas foram satisfeitas. Ou seja, não foi possível atender a todos os pedidos que foram feitos.

Não se está afirmando que fora constatado insucesso no cumprimento dos objetivos. Todavia, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, juntamente com a Seção de Planejamento e Capacitação de Pessoal, vêm trabalhando no sentido de maximizar os recursos destinados à capacitação de pessoal, procurando viabilizá-la de modo ordenado e criterioso. Para isso, tais unidades vêm implementando medidas como: aumentar o número de capacitações realizadas no próprio estado, o que gera economia de recursos e aumenta a quantidade de servidores capacitados; pelas mesmas razões, fomenta a realização de instrutoria interna; vem realizando levantamento anual de capacitação para definir prioridades e desenvolvimento do Cadastro Nacional de Instrutores Internos.

Ação: 0396 A - Programa de Estágio (estagiários)

Oportunizar a complementação acadêmica através de atividades profissionais e socioculturais aos estudantes com 50% do curso de graduação cursado, alunos do ensino profissionalizante e do ensino médio normal.

Ação: 0396 B - Programa Auxílio-Bolsa de Estudos para os Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Língua Estrangeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

O objetivo da ação é oferecer aos servidores do TRE/AP capacitação por meio da concessão de auxílio-financeiro para os cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeiras

Obs.: Ação A faz parte do Programa de Capacitação de Recursos Humanos

Ação A: O Programa de Estágio deste Tribunal visa proporcionar aos acadêmicos que tenham cursado 50% do curso de graduação, alunos do ensino profissionalizante e do ensino médio normal a complementação acadêmica através de atividades profissionais e socioculturais. Os acadêmicos desenvolvem seus estágios na Sede deste Tribunal e nas Zonas Eleitorais da capital e do interior. O orçamento destinado para custeio do programa foi de R\$ 166.000,00, o que proporcionou a abertura de 05 novas vagas. Entretanto, em virtude da rotatividade de estagiário ser significativa, acarretando com isso o pagamento do recesso devido aos mesmos, houve a necessidade de reforço no valor de R\$ 1.657,00, para garantir o cumprimento da meta física, ficando, assim, com um orçamento total de R\$ 167.657,00.

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 35 vagas

Meta financeira: R\$ 166.000,00

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 35 vagas (100% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 167.657,00 (101% de execução)

Indicadores de desempenho

Para o programa de estágio assumiu-se como indicador de desempenho o número de vagas ofertadas para o ano de 2010.

Análise do desempenho

O número de vagas ofertadas para o ano de 2010 foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação e percebemos que se atingiu 100% da meta física.

Ação B: O programa de auxílio-bolsa de estudos tem por objetivo custear aos servidores efetivos deste Regional 60% da mensalidade dos cursos de graduação e pós-graduação e 70% dos cursos de línguas estrangeiras. No decorrer do ano de 2010 foram abertas 7 (sete) vagas, destas 4 (quatro) foram preenchidas. Atualmente, temos 23 beneficiários do programa entre os cursos de graduação, pós-graduação e línguas estrangeiras. O orçamento destinado para custeio do programa foi de R\$ 72.000,00, sendo 91% executado.

Considerando os detalhamentos apresentados nos tópicos abaixo, pode-se considerar que todos os objetos foram satisfatoriamente atingidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 23 servidores beneficiários

Meta financeira: R\$ 72.000,00*

** Valores já considerados na Ação de Capacitação de Recursos Humanos.*

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 23 servidores beneficiários (100% de execução)

Meta financeira realizada: R\$ 62.869,57* (87,32% de execução)

** Valores já considerados na Ação de Capacitação de Recursos Humanos.*

Indicadores de desempenho

Para as ações de capacitação assumiu-se como indicador de desempenho o número de servidores capacitados.

Análise do desempenho

O número de servidores capacitados foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação e percebemos que se atingiu 100% da meta física.

Ação: 0570: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes.

São beneficiários das atividades acima descritas os servidores e seus dependentes. Esse programa tem como objetivo geral promover assistência à saúde aos servidores e dependentes do TRE-AP. Especificamente, o programa em comento buscou: Proporcionar assistência médica por meio do Plano de Saúde (UNIMED); Proporcionar assistência odontológica por meio do Plano Odontológico (UNIODONTO); Fornecer atendimento médico-ambulatorial; Promover ações educativas (IV Semana da Saúde, palestras educativas e orientações ambulatoriais, Minuto Saúde, Coluna Bem-Estar e Saúde da Revista Eletrônica dos Servidores); Acompanhar o Programa de Distribuição Gratuita de Preservativos; Promover campanhas de vacinação e Oferecer serviço psicológico emergencial (Plantão Psicológico).

Considerando os detalhamentos apresentados nos tópicos abaixo, pode-se considerar que todos os objetos foram satisfatoriamente atingidos.

Metas físicas e financeiras previstas

Meta física: 436

Meta financeira: 612.000,00

Dados conforme o SIGPLAN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Metas físicas e financeiras realizadas

Meta física realizada: 442 (101,4% de execução)

Meta financeira realizada: 644.809 (99,4% de execução)

Dados conforme o SIGPLAN

Indicadores de desempenho

No que se referem às ações de assistência médica e odontológica que envolveu dispêndio de recursos financeiros com o pagamento dos planos médico e odontológico, assumiu-se como indicador de desempenho o número de servidores e dependentes que foram contemplados.

O número de servidores e dependentes, contemplados com os planos médico e odontológico, foi o indicador assumido para verificar a eficácia da ação.

Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re * 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de beneficiários contemplados)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 442 * 100 / 436$$

$$Ef = 101,38\%$$

Análise do desempenho

O resultado acima exposto indica que houve a contemplação de todos aqueles beneficiários que haviam sido previstos, além de alguns poucos beneficiários que se apresentaram ao longo do ano. Em termos financeiros esse aumento no quantitativo físico não representou problemas, haja vista que até remanesceu uma pequena quantia ao final do exercício. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da ação.

É necessário, contudo, pontuar que se observou uma sobra financeira que foi inscrita em “Restos a Pagar”. Isso ocorre em razão do Plano Odontológico (Uniodonto-Macapá) ser pós-pago e a sua liquidação e pagamento só poderem ocorrer, por observância contratual, no mês subsequente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Não se observaram, portanto, disfunções que viessem a gerar impedimentos na consecução dos objetivos assumidos. Contudo, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), juntamente com a Seção de Assistência Médica e Odontológica (SAMO), vêm trabalhando para otimizar as ações de promoção de saúde no âmbito deste Tribunal.

Ação: 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Até dezembro de 2010, quatro servidores do TRE/AP foram aposentados. Todos os processos foram encaminhados à unidade de controle interno e remetidas ao órgão de controle externo, conforme geração do SisacNet.

Meta física prevista no SIGPLAN: 04 servidores

Meta física realizada: 04 servidores

Utilizou-se como indicador de desempenho o número de servidores aposentados.

II.I- Fórmula de cálculo e método de medição:

$$Ef = Re \times 100 / Pr$$

Onde:

Ef = Eficácia (percentual de servidores contempladas)

Re = Realizado (verificação dos beneficiários que foram contemplados)

Pr = Previsão (previsão física de beneficiários a serem contemplados)

Assim:

$$Ef = 4 \times 100 / 4$$

$$Ef = 100\%$$

Análise do desempenho

Todos os servidores aposentados perceberam em 2010 o valor proporcional à aposentadoria. No que se refere às pensões, este Regional não apresentou até 2010 casos dessa natureza.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

De acordo com declaração da Contadora Responsável do Órgão, não há saldo e não ocorreu movimentação na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por Insuficiência de Crédito/Recurso e em nenhuma outra conta que configure constituição de passivos de mesma natureza, no período de janeiro a dezembro de 2010, conforme Quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro XV.A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212.1.1.1.1.00		Fornecedores por Insuficiência de Crédito/Recurso			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
		0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas:					

Fonte: SIAFI

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro XVI.A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	90.614,72	-	90.282,92	331,80
2008	8.744,90	79,50	8.665,40	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	835.159,30	157.747,33	657.365,00	20.046,97
2008	7.302.194,33	341.495,30	6.944.295,31	16.403,72
Obs. NÃO LIQUIDADOS A PAGAR 2009 – R\$-20.046,97 – Deste valor foi liquidado em 2010 o valor de R\$-6.798,28 (porém não pago), sendo reinscritos para 2011 o valor de R\$-13.248,69;				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

NÃO LIQUIDADOS A PAGAR 2008 – R\$-16.403,72 – Deste valor já foi liquidado R\$-15.653,72, sendo reinscrito para 2010 o valor de R\$-750,00.

5. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Composição do quadro de servidores ativos.

Quadro XVII.A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	122	118	-	4
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		2	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		20		-
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada	-	(3)		
1.4.4 Licença não remunerada				
1.4.5 Redistribuídos – Lei 8.112/90	-	(2)		
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	22			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas		1		
2.2.4	Sem vínculo		8	1	
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas	80			
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas		11		
3	Total		155		

Fonte:

Quadro XVIII.A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	19	45	51	18	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		(2)	(1)		
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	1	2	2
2.3. Funções gratificadas	1	2	5	3	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Fonte:

Quadro XIX.A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					41	45	48	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						(3)			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						7	2		
2.3. Funções gratificadas					4	6	1		
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte:

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.

Quadro XX.A.5.4 - Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

1.1	Voluntária	1	-
1.2	Compulsório		
1.3	Invalidez Permanente	2	-
1.4	Outras		
2	Proporcional		
2.1	Voluntária	1	-
2.2	Compulsório		
2.3	Invalidez Permanente		
2.4	Outras		

Fonte:

Quadro XXI.A.5.5 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte:

c) Composição do quadro de estagiários.

QuadroXXII.A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
☐ Área Fim	10	10	10	10	50.896,00
☐ Área Meio	15	15	15	15	76.342,00
Nível Médio					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

☐ Área Fim	-	-	-	-	-
☐ Área Meio	10	10	10	10	40.419,00

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos.

Valores em R\$ 1,00

Quadro XXXIII.A.5.7 - Custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008		1.754.531			57.406			1.811.937
2009		1.516.513			58.668			1.575.181
2010		2.077.759			49.013			2.126.772
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	3.694.530		400.222	694.350	242.995	228.474	464.023	5.724.594
2009	4.068.867		406.092	158.973	163.109	272.862	443.121	5.513.024
2010	3.695.766		416.306	779.124	321.891	279.987	408.915	5.901.989
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009	141.638		10.792	3.597			15.272	171.299
2010	129.208		10.749	3.583			15.407	158.947
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.539.387	1.709.874	322.759	589.921	253.200	116.556	213.486	4.745.183
2009	1.867.629	1.897.436	324.624	133.152	113.352	139.242	153.113	4.628.548
2010	1.726.900	1.892.560	336.249	678.784	189.574	143.297	169.125	5.136.489
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.463.021	1.954.359	568.056	770.884	260.518	162.830	302.198	6.481.866
2009	2.956.977	2.205.719	582.696	211.195	157.707	194.009	331.224	6.639.527
2010	2.972.708	2.222.205	581.799	990.587	263.754	199.480	314.690	7.545.223

Fonte: Folha de Pagamento/SIAFI

Vencimentos e Vantagens Fixas: Vencimento, GAJ, GAS e VPNs

Retribuições: Retribuição pelo exercício de Cargos em Comissão e funções comissionadas e

Gratificações Eleitorais (Juízes-Membros, Juízes e Promotores Eleitorais)

Gratificações: Gratificação Natalina

Adicionais: Adicional de 1/3 constitucional de Férias e Ad. Serviço extraordinário

Benefícios Assistenciais: Auxílio-Natalidade, assistência médica e abono de permanência.

Indenizações: Diárias e Ajuda de Custo

Demais desp. Variáveis: Substituições e Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de exercícios anteriores: 2008: R\$ 900.274,00 - 2009: R\$ 636.000,00 - 2010: R\$ 654.118,00

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Quadro XXIV.A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene

Unidade Contratante	
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	
UG/Gestão: 070029	CNPJ: 34.927.343/0001-18



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	004/2008	03.110.313/0001-90	1º/03/2008	29/02/2012	41	41					P
Observação: O TRE/AP não possui terceirizados executando serviços finalísticos da Administração Pública Federal.													

Quadro XXV. A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 070029							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	007/2008	08.531.731/0001-75	09/03/2008	09/04/2011	42	42					E
Observação: O TRE/AP não possui terceirizados executando serviços finalísticos da Administração Pública Federal.													

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços (exceto limpeza e vigilância).

Quadro XXVI.A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Condução de veículos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 070029							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada a (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	001/2009	03.110.313/0001-90	08/01/2009	07/04/2011			18	18			E

Quadro XXVII.A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Jardinagem e Paisagismo

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 070029						CNPJ: 34.927.343/0001-18							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	001/2010	23.066.22810001-80	02/03/2010	01/03/2011	1	1					E
Observação: O TRE/AP não possui terceirizados executando serviços finalísticos da Administração Pública Federal.													



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro XXVIII. A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Manutenção telefones

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ														
UG/Gestão: 070029						CNPJ: 34.927.343/0001-18								
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2008	4	O	001/2008	04.133.778/0001-20	07/02/2008	07/02/2012								P

Quadro XXIX.A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Manutenção copiadoras

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 070029							CNPJ: 34.927.343/0001-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	003/2008	03.938.256/0001-32	08/02/2008	08/05/2011							P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro XXX. A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Manutenção de centrais de ar

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 070029						CNPJ: 34.927.343/0001-18							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	021/2010	10.843.518/0001-40	18/07/2010	16/08/2011							P

Quadro XXXI.A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – Manutenção e operação do sistema de som/plenário

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ														
UG/Gestão: 070029					CNPJ: 34.927.343/0001-18									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contrata da (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
		O	003/2009	10.198.338/	1º/01/2001	31/12/2011							P	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

2009	1			0001-53									

Observação: O TRE/AP não possui terceirizados executando serviços finalísticos da Administração Pública Federal.

Os contratos de manutenção de copiadoras, telefones e centrais de ar, e manutenção e operação do sistema de som do Plenário, embora de serviços terceirizados, não possuem mão obra exclusiva para o TRE/AP.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro XXXII.A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
004/2008	7	41	Secretaria de Administração e Orçamento
007/2008	8	42	Secretaria de Administração e Orçamento
001/2009	1	18	Secretaria de Administração e Orçamento
001/2010	2	1	Secretaria de Administração e Orçamento
001/2008	4		Secretaria de Administração e Orçamento
003/2008	4		Secretaria de Administração e Orçamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

021/2010	4		Secretaria de Administração e Orçamento
003/2009	1		Secretaria Judiciária

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte:

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

Para avaliação gerencial dos Recursos Humanos do TRE-AP são considerados indicadores para o Absenteísmo; o Perfil Etário; a Rotatividade (*turnover*); a Formação Acadêmica; a Disciplina; os Níveis Salariais; e a Satisfação dos Servidores. A seguir serão apresentadas as descrições de cada indicador e, ao fim, procedida uma análise crítica geral dos mesmos.

QUADRO XXXIII – ABSENTEÍSMO

Principais Ausências	
Licença para tratamento da própria saúde	
Total de servidores	74
Total de períodos de afastamento	172
Total de dias	795
Dias/Afastamento	
Licença Gestante	
Total de servidores	5
Total de períodos de afastamento	5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Total de dias	540
Dias/Afastamento	
Licença para tratar de interesses particulares	
Total de servidores	1
Total de períodos de afastamento	1
Total de dias	88
Dias/Afastamento	
Licença capacitação	
Total de servidores	1
Total de períodos de afastamento	3
Total de dias	20
Dias/Afastamento	
Licença paternidade	
Total de servidores	7
Total de períodos de afastamento	7
Total de dias	35
Dias/Afastamento	
Licença prêmio por assiduidade	
Total de servidores	1
Total de períodos de afastamento	1
Total de dias	30
Dias/Afastamento	30

Análise

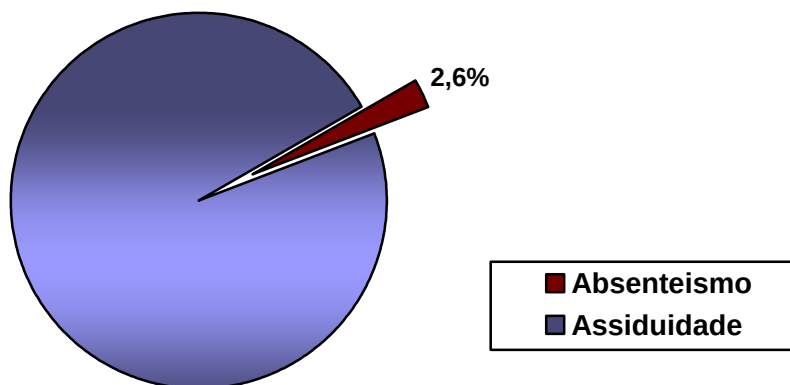
* Total de servidores no TRE-AP até 31.12.2010 = 155

* Total de dias afastados no ano = 1.472



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

* Taxa de Absenteísmo = 2,6%. Pode ser considerada baixa



Memória de cálculo:

Qd = Quantidade Total de Dias = Total de servidores (155) x 365 dias no ano = 56.575 dias

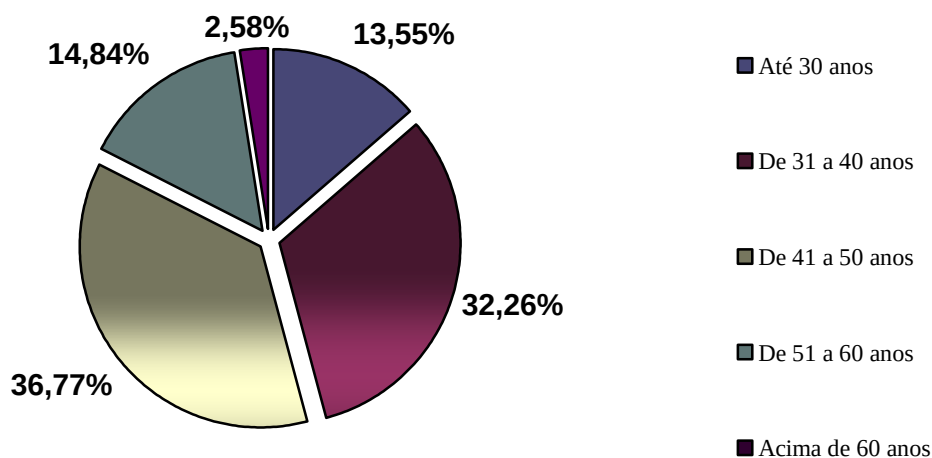
Daf = Dias de Afastamento = 1.472

TxAb = Taxa de Absenteísmo

$TxAb = Daf \times 100 / Qd \rightarrow TxAb = 1.472 \times 100 / 56.575 \rightarrow TxAb = 2,6\%$

II – PERFIL ETÁRIO

Descrição:



Idade média = 40,9 anos (DP = 8,8)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Idade mínima = 24 anos

Idade máxima = 68 anos

Análise:

Servidores, em sua maioria, na meia idade.

III – ROTATIVIDADE (TURNOVER)

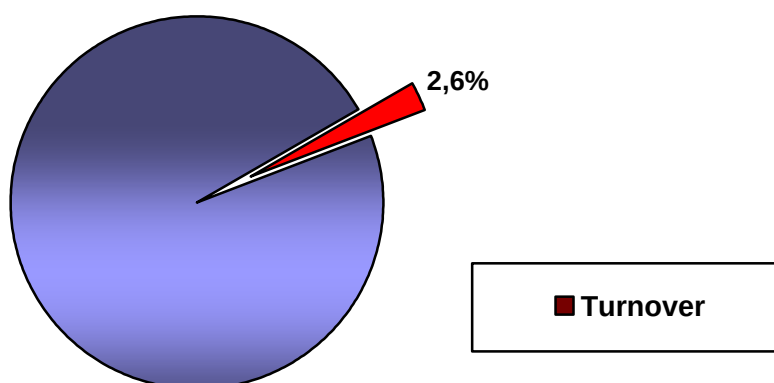
Descrição: servidores efetivos regidos pela Lei 8.112:

*Total de servidores efetivos (em 31 de Dezembro/2010) = 115

* Ingressos de efetivos = 0

* Saídas de efetivos = 03

* Taxa de Rotatividade = 2,6%



Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 115

Sai = Total de saídas = 03

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai \times 100 / Tserv \rightarrow TxR = 3 \times 100 / 115 \rightarrow TxR = 2,6\%$

Descrição: ocupantes de Cargos/Função

* Total de servidores ocupantes de Cargos/Funções (em até Dezembro/2010) = 102

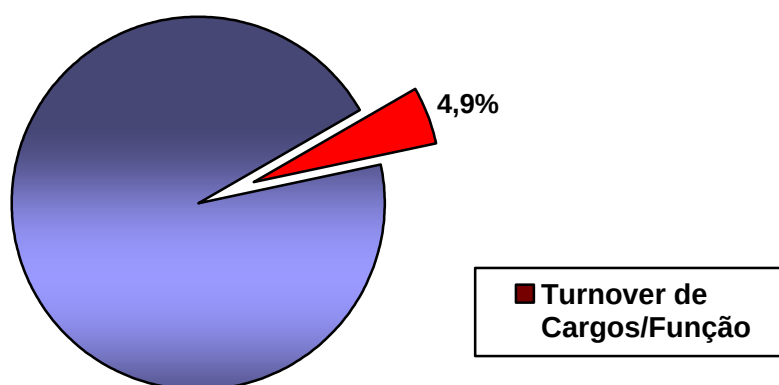


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

* Ingressos de ocupantes de cargos/funções = 6

* Saídas de ocupantes de cargos/funções = 5

* Taxa de Rotatividade = 4,9%



Memória de cálculo:

Tserv = Total de Servidores = 102

Sai = Total de saídas = 5

TxR = Taxa de Rotatividade

$TxR = Sai \times 100 / Tserv \rightarrow TxR = 5 \times 100 / 102 \rightarrow T \times R = 4,9\%$

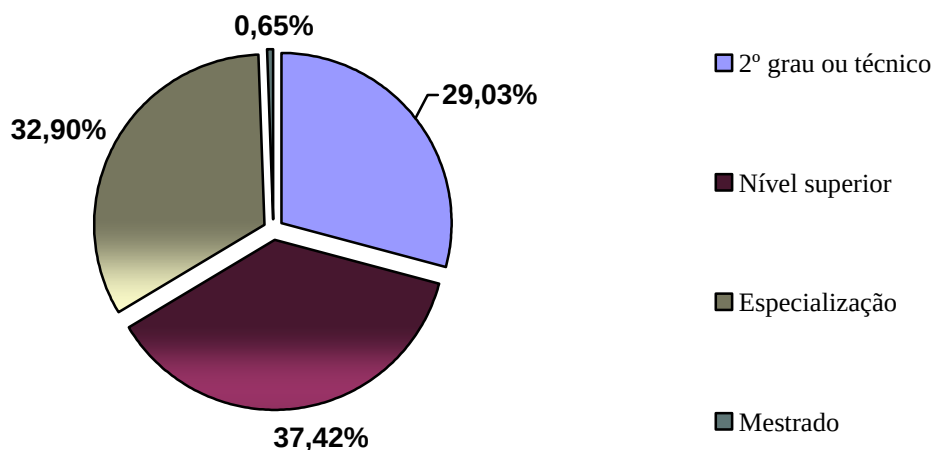
Análise:

A taxa de rotatividade dos servidores efetivos (2,6%) no ano de 2010 pode ser considerada baixa. Já a taxa de rotatividade dos ocupantes de cargos e funções foi um pouco maior (4,9%). Todavia, considerada mínima tendo em vista a natureza discricionária do provimento dessas vagas.

IV – FORMAÇÃO ACADÊMICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Análise:

O Quadro de servidores, em sua grande maioria, possui nível superior e uma parcela significativa possui alguma pós-graduação. Isso reflete um nível satisfatório de preparação dos recursos humanos. É válido ressaltar que para o ano de 2010 levou-se em consideração o quadro completo de servidores, não apenas os efetivos.

V – DISCIPLINA

Descrição:

* Total de servidores do TRE-AP em 2010 = 155

* Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) = 04 tramitações (protocolos nºs 1919/2010, 4298/2010, 6.000/2010, 3688/2010).

Análise:

A quantidade de PADs em face do montante de servidores denota uma estrutura corporativa disciplinada.

VI – NÍVEIS SALARIAIS

Descrição:

*** Analistas**

Menor remuneração = R\$ 6.611,39

Maior remuneração = R\$ 21.686,73

Média remuneratória = R\$ 11.575,10 (DP = 4.845,96)

*** Técnicos**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Menor remuneração = R\$ 4.052,96

Maior remuneração = R\$ 16.538,94

Média remuneratória = R\$ 9.291,23 (DP = 3.350,11)

*** Requisitados**

Menor remuneração = R\$ 1.019,17

Maior remuneração = R\$ 5.164,81

Média remuneratória = R\$ 2.238,86 (DP = 1.334,75)

*** Sem vínculo**

Menor remuneração = R\$ 7.945,86

Maior remuneração = R\$ 11.686,76

Média remuneratória = R\$ 9.284,13 (DP = 1.052,37)

Análise:

Os níveis salariais, em consonância com verificação da satisfação dos servidores (ver próximo indicador), têm contribuído de forma importante para uma adequada manutenção dos Recursos Humanos deste Tribunal.

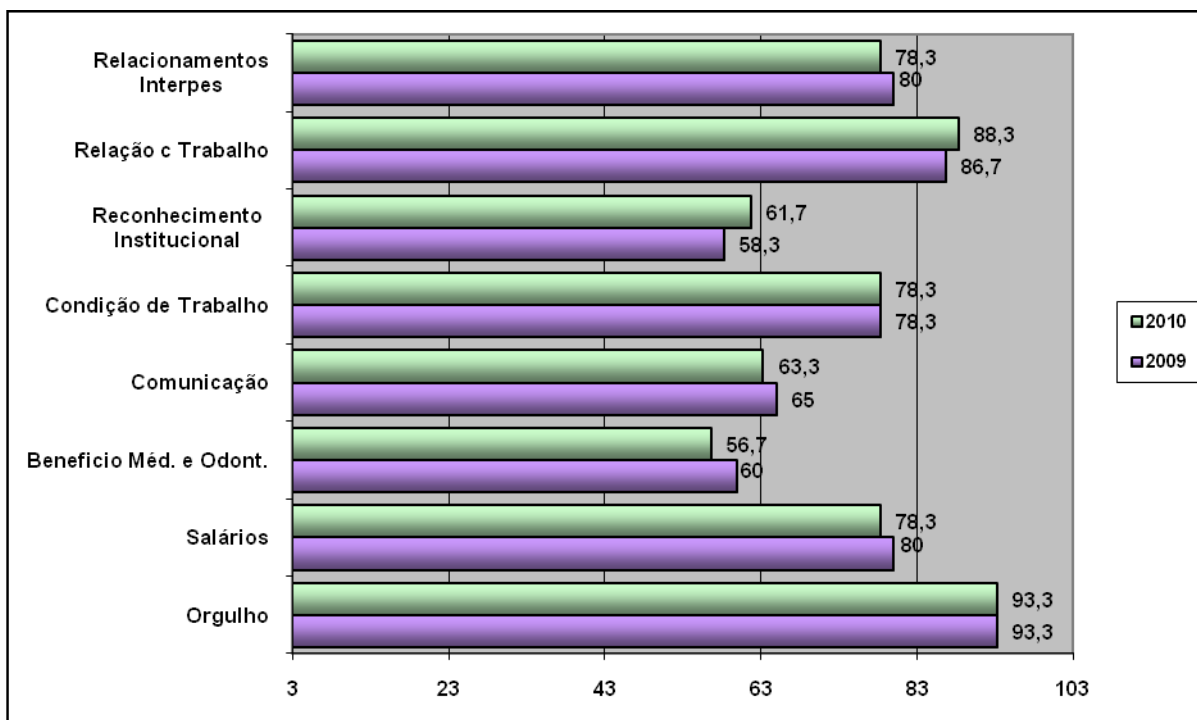
VII – SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES

Descrição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Gráfico 1. Comparação entre os Percentuais de Satisfação de cada um dos Fatores de Clima



Organizacional durante os anos de 2009 e 2010.

Nota. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas ($p \leq 0,05$) entre as médias de satisfação nos de 2009 e 2010.

Para comparar os resultados obtidos entre os anos de 2009 e 2010 realizou-se um teste de comparação de médias para amostras pareadas e verificou-se a inexistência de diferenças estatisticamente ($p \leq 0,05$) significativas entre os anos. Isto indica que não se observou modificações no Clima entre os anos considerados.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

R. Não se aplica a este Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaro que a Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos - SAGEC do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – TRE/AP vem disponibilizando informações atualizadas no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, referentes aos contratos firmados pelo TRE/AP nos exercícios 2009, 2010 e 2011, bem como, disponibiliza os dados atualizados dos contratos no site Contas Públicas do Tribunal de Contas da União – TCU, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Macapá, 29 de abril de 2011.

Marcelle Ferreira

Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

Quanto ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, informo que a SAGEC não dispõe de dados relativos aos referidos instrumentos.

Não obstante as informações encontrarem-se disponíveis e atualizadas no SIASG cumpre esclarecer pontos importantes:

1 - Em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 79 e 102, por meio das informações cadastradas no SIAC o TSE disponibilizou módulo de envio de dados para o SIASG, Portal da Transparência, e o site Contas Públicas – home Page Contas Públicas do Tribunal de Contas da União.

2 – Ressalto que os dados relativos ao valor dos contratos, especialmente quanto ao somatório entre dois exercícios, ou em virtude de acréscimos financeiros e reajustes, eventualmente podem apresentar alguma divergência quando do batimento com as demais informações enviadas. Tal afirmação deve-se ao fato de que o Sistema de Contratos – SIAC vem passando por constantes correções / melhorias pelo TSE, apresentando, portanto, algumas inconsistências.

Essa divergência no valor final de alguns contratos já foi detectada por outros Regionais e pelo TSE, que está promovendo regularmente a atualização das versões do SIAC, para num futuro próximo possibilitar o envio de dados com maior precisão.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

R. A Secretaria de Gestão de Pessoas declaro para os fins de cumprimento à exigência contida no art. 14, IV, da Instrução Normativa nº 47/2004-TCU c/c Decisão Normativa nº 81/2006-TCU, que no exercício de 2010: ocupou o cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá o Desembargador **Luiz Carlos Gomes dos Santos**, no período de 01/01 a 31/12/2010. Como Vice-Presidente e Corregedor, o Desembargador **Edinardo Maria Rodrigues de Souza**, no período de 01/01 a 31/12/2010, e que os mesmos juntamente com alguns Servidores ainda não apresentaram a declaração de bens e rendas, considerando-se que, o prazo estabelecido pela Receita Federal para a remessa das informações referentes ao ano calendário 2010 é 30/04/2011. Entretanto, será informado posteriormente na Tomada de Contas Anual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ:

Sistema de Controle Interno é “um conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados” (art. 1º, XI da IN TCU nº 63/2010).

As informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno levaram em consideração o modelo fornecido pela *Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI* (INTOSAI GOV 9100, 2004), instituição da qual o TCU é membro.

As informações são classificadas em cinco componentes de gerenciamento de riscos, a saber: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento.

A Administração promoveu reuniões para apresentação das definições e metodologias para avaliação, e a partir de então, consolidou uma avaliação junto aos Gestores com participação, inclusive de servidores.

A partir dos debates, cada componente foi desdobrado em critérios conforme documento do GAO (*Government Accountability Office*), GAO-01-1008G - Ferramenta de Gestão e Avaliação de Controle Interno, publicado em agosto de 2001 e documento do INTOSA - Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público (publicado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia – Brasil).

A seguir a cada critério foi atribuída uma nota conforme o nível de eficácia do Sistema de Controle Interno:

4. Atende completamente= Eficaz
3. Atende parcialmente = Eficaz, porém aprimorável.
2. Não atende satisfatoriamente = Com ausências e deficiências
1. Não atende absolutamente = Não Eficaz

Por fim, diante dos resultados da avaliação e primando pelo aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno, a administração elaborou um plano de ação com vistas a elevar a nota.

A seguir a avaliação por componente:

a) Ambiente de controle. Avaliação = 2,4.

Este componente foi avaliado sob os seguintes aspectos: Filosofia e estilo de direção (tom do topo), Estrutura organizacional e de governança institucional, Integridade e valores éticos, Competência profissional e Políticas e práticas de recursos humanos.

Filosofia e estilo de direção (tom do topo) - Avaliação = 3,0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Neste item, as principais deficiências apresentadas foram:

Falta de comunicação de informações sobre objetivos, metas, políticas e procedimentos de modo claro;

Falta de uma política de comissionamento clara, objetiva e transparente;

Baixa percepção dos servidores em relação às ações rápidas e apropriadas da direção tão logo percebe sinais da possível existência de um problema e

Falta processo bem definido e bem entendido para lidar com queixas e preocupações dos empregados de forma oportuna e apropriada.

Estrutura organizacional e de governança institucional - Avaliação = 2,5

Neste item, as principais deficiências apresentadas foram:

Estrutura organizacional carece de um manual mais moderno e eficiente, alinhando com o Planejamento Estratégico;

Não há padrões para medir o desempenho do TRE-AP frente aos seus objetivos e metas;

Considerações de ordem ética, social e ambiental em todos os seus processos e relacionamentos precisam ser sistematizadas;

Integridade e valores éticos - Avaliação = 1,8

Aqui o principal item a ser considerado é a inexistência de um código de ética e gestão formal da ética.

Competência profissional - Avaliação = 2,3

Neste item, a nota foi influenciada pela ausência de uma política clara de nomeação dos cargos e funções, baseada competências, habilidades e conhecimentos comprovados, bem como política de recursos humanos voltada para a gestão e desenvolvimento de competências, promoção e reconhecimento e deficiências dos superiores hierárquicos no que se refere aconselhamento honesto e construtivo no que se refere ao desempenho de suas funções.

Políticas e práticas de recursos humanos - Avaliação = 2,3

Quanto a este item foi detectado que não existem regras claras e controles para evitar privilégios indevidos na contratação de terceirizados, comissionados e estagiários e não são realizadas avaliações dos servidores sobre seu desempenho no cumprimento das metas.

b) Avaliação de risco. Avaliação = 1.5;

A Administração não tem um processo formal de identificação de riscos e consequentemente a análise e a resposta ao risco são feitas sem critérios definidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

c) Procedimentos de controle. Avaliação = 2,0

Falta formalização da política de segurança e a política de segurança da informação, bem como, documento que contemple os principais controles frente ao Planejamento Estratégico e metodologia para avaliação de desempenho das atividades.

d) Informação e Comunicação. Avaliação = 2,5

Verificou-se que não há um plano de comunicação interna formalizado, bem como um plano de comunicação com os clientes dos serviços da Justiça Eleitoral.

e) Monitoramento. Avaliação = 2,0.

A ausência de um plano estratégico para o TRE-AP inviabiliza o monitoramento. O que ocorre hoje é o monitoramento de atos de gestão quanto à legalidade, ou seja, verifica-se apenas a conformidade com a legislação, salvo intervenções da Unidade de Controle Interno através das auditorias e manifestações nos procedimentos administrativos.

O Sistema de Controle Interno, de forma geral, recebeu nota de 2,0 (dois), ou seja, tem ausência e deficiências que serão sanadas com a viabilização de ações contidas no plano a seguir:

QUADRO XXXIV – PLANO DE AÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Nº	Ação
1	Institucionalizar a Ouvidoria para registrar ocorrências/sugestões no âmbito do TRE-AP até dezembro de 2011
2	Instituir encontro de servidores para informar os objetivos, metas, políticas e procedimentos, de modo claro, para o exercício;
3	Implementar sistemas de avaliação semestral ou anual, dos Cargos em Comissão, Terceirizados e estagiários
4	Disseminar o resultado da Auditoria Externa e Interna, com as recomendações, a todos os setores do Tribunal através da Intranet
5	Constituir comissão com um representante de cada setor para elaboração de um manual de diretrizes para cada unidade com metodologia para avaliação e mensuração de metas estipuladas e metas atingidas para o Tribunal no biênio da gestão
6	Reestruturar o organograma funcional, até 2011, através da contratação de uma consultoria externa, de forma a sustentar os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional.
7	Atualizar o Regulamento da Secretaria, com atribuições bem definidas, por competência setorial
8	Criar Manuais de Procedimentos dos atos administrativos mais relevantes
9	Divulgar a avaliação do alcance de metas e objetivos do Planejamento Estratégico
10	Consolidar os indicadores de desempenho de forma clara, avaliando-os periodicamente, com enfoque das providências adotadas para a superação, no caso de não atendimento das metas previstas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nº	Ação
11	Criar mecanismos para melhorar a transparência dos atos de Gestão
12	Desenvolver plano de responsabilidade sócio-ambiental para orientar as ações no âmbito do TRE-AP
13	Instituir Código de Ética no âmbito do TRE/AP até 2012 para disseminar uma cultura ética e promover a gestão da mesma, através de estudos de outras experiências bem como promoção de debates junto aos servidores sob responsabilidade de uma comissão constituída para este fim
14	Instituir comitê para avaliação curricular e expertise técnica a fim de auxiliar a alta administração no preenchimento das funções e cargos, que devem ser preenchidos prioritariamente, até 2012, por servidores efetivos do quadro visto a existência de profissionais capacitados e como forma de valorização profissional
15	Instituir comissão para avaliar, definir e posteriormente acompanhar os projetos apresentados pelas unidades organizacionais, definindo um cronograma para tal com prazo até o fim da gestão em curso
16	Aperfeiçoar as normas relacionadas à Capacitação de Recursos Humanos, tendo como parâmetro o custo/benefício das ações desenvolvidas, de forma a adequá-las à finalidade do TRE-AP
17	Criar um Banco de Talentos, com finalidade de identificar as competências e habilidades dos servidores
18	Criar programa de aperfeiçoamento de habilidade gerenciais e avaliar os resultados alcançados
19	Implementar programa de Avaliação de Desempenho periódico, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo TRE-AP
20	Capacitar os Superiores Hierárquicos, quanto aos procedimentos de avaliação de desempenho, para que possam fazê-lo de forma eficiente
21	Conscientizar os servidores do TRE-AP da missão, visão, valores e objetivos do planejamento estratégico até 2011 para que todas as atividades desenvolvidas sejam em prol de um objetivo comum
22	Instituir comissão para identificar, categorizar, registrar e tomar ações para mitigar os riscos inerentes a processos e serviços do Tribunal em um período máximo de um ano, além de prover capacitação aos membros da comissão no gerenciamento de projetos e riscos.
23	Inserir no Planejamento Estratégico a identificação dos riscos inerentes às atividades do Tribunal
24	Instituir comissão para a cada 6 meses analisar e verificar se os riscos identificados e as ações definidas estão sendo eficazes para o bom andamento dos processos e serviços no âmbito do TRE/AP
25	Desenvolver um mapa de procedimentos para responder aos riscos conforme hierarquia e grau instituído pela comissão de identificação de riscos, bem como registrar todas as etapas, ações tomadas e o tempo de resposta, reportando-se a alta administração do TRE-AP
26	Instituir no âmbito do TRE/AP comissão responsável pela elaboração da Política de Segurança e Política de Segurança da Informação até 2012, com vistas a disciplinar o acesso as dependências do TRE/AP, bem como disciplinar o acesso as informações, ao uso do e-mail e Internet
27	Elaborar planos dos controles internos do TRE-AP em consonância com o planejamento estratégico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Nº	Ação
28	Criar métodos de mensuração do desempenho de todas as atividades relevantes
29	Através da Assessoria de Comunicação desenvolver plano de comunicação para dar transparência dos atos da Administração aos servidores e à sociedade
30	Divulgar o que aconteceu nos encontros, viagens, cursos, etc. através do e-mail corporativo, prática a ser adotada em 2011
31	Definir indicadores numéricos até 2012 que possam medir a eficiência dos processos buscando sempre a melhoria contínua dos mesmos

A metodologia de avaliação no que se refere a escala de nota e critérios adotados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá diferenciou-se pouco em relação àquela proposta pela Portaria TCU nº 277/2010, uma vez que não considerou a nota 3 em decorrência de sua neutralidade.

Com o intuito de cumprir com o preenchimento do quadro presente na referida Portaria, fizemos a transposição da avaliação feita pelo TRE/AP.

Quadro XXXV.A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
LEGENDA: Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Com relação a Sustentabilidade Ambiental a STI do TRE-AP adota os critérios abaixo para aquisição de materiais de tecnologia da informação:

1 – Desde de 2006 há aquisição de monitores LCD, que gastam menos energia e propagam menos calor, com pouca ou nenhuma emissão de radiação.

2 – Desde 2008 há aquisição de impressoras com impressão frente e verso automático, diminuindo consideravelmente o consumo de papel.

3 – Sempre que possível há aquisição de consumíveis de impressora (cartuchos, toners, etc.) com alta capacidade (volume) de impressão, com isso reduzimos a quantidade de cartuchos que são descartados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro XXXVI. A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

R. Este Tribunal não possuiu bens Imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;

A Secretaria de Tecnologia da Informação concebeu seu Planejamento Estratégico de TI, para o período de 2010 a 2014, no início do exercício de 2010 e foi aprovado pelo Pleno do TRE-AP em 30 de abril de 2010. Os principais objetivos foram elaborados conjuntamente com os Tribunais Eleitorais do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. O planejamento está alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional bem como com o Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Na elaboração foi adotada a metodologia Balanced ScoreCard – BSC, e foi criada uma série de indicadores de acompanhamento da gestão estratégica de TI. O próximo passo será a elaboração do Plano Diretor de TI onde serão detalhadas as principais atividades para cumprimento das metas e objetivos contidos no PETI.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

No ano de 2010, a STI contou com o quantitativo de 20 pessoas que compõem a força de trabalho de TI. Desse total, 12 são servidores do quadro efetivo, 6 são terceirizados, contratados pelo TSE, que trabalham regularmente no ambiente da instituição e 2 são estagiários. Apesar do quadro de pessoal responder minimamente às necessidades deste Tribunal, é premente seu incremento. Tal necessidade se justifica em razão do aumento gradual do eleitorado, que demanda mais serviços externos e internos. O quadro de servidores efetivos encontra-se inadequado quantitativa e qualitativamente para a implementação da Governança de TI, onde são aplicadas as melhores práticas para melhor utilização dos recursos de TI.

c) Segurança da informação;

A Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou um documento que criou uma política de segurança para dar sustentação às atividades de proteção das informações eletrônicas e propõe plano de contingência para os sistemas computacionais. Porém o Tribunal através da Portaria 462/2009 instituiu a Comissão de Segurança da Informação responsável pela Política de Segurança institucional que dispõe sobre a utilização dos equipamentos de informática, dos ambientes de redes Internet e Intranet, correio eletrônico, Sistemas administrativos (SADP, ELO), comunicador eletrônico (intrachat) e o Circuito fechado de câmeras de segurança – (CFTV).

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

Devido ao baixo contingente de profissionais dessa área, a STI está trabalhando no sentido de definir um processo de desenvolvimento interativo, incremental e simplificado, baseado no Processo Unificado (UP) e no Processo Unificado definido pela Rational (RUP), que possa ser utilizado para o desenvolvimento dos sistemas administrativos no TRE, bem como da padronização de uma arquitetura de sistemas baseado na plataforma Java Enterprise Edition. A STI está fazendo estudos para migração dos sistemas da plataforma Desktop para aplicativos WEB.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Dentre as contratações de maior relevância da área de TI temos o contrato do backbone secundário, no qual todas as Zonas Eleitorais são interligadas com a sede do TRE através de linhas de comunicação de dados. Tal contrato foi executado no valor de R\$ 750.000,00 em 2010 e renovado para o ano 2011. Até o ano de 2009, este contrato era centralizado no TSE e então houve a descentralização para os TRE's. Outro contrato de relevância trata da terceirização de mão de obra especializada de TI, que ainda é centralizado no TSE. Este TRE conta com 6 técnicos da área de TI através deste contrato.

O trabalho de implementação dos processos de gestão de serviços de TI ainda está incipiente, visto que dispomos de poucos profissionais qualificados para isso.

Quadro XXXVII.A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	18				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	15%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		x			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
<u>Níveis de avaliação:</u>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

R. Este Tribunal Regional Eleitoral não utilizou cartões de pagamento do governo federal.

14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

R. Não se aplica a este Tribunal

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

QUADRO XXXVIII.A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“À Coordenadoria de Controle interno do Tribunal Regional do Estado do Amapá que faça auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio objetivando verificar a efetividade e a eficácia do controle exercido por essa coordenação sobre os bens vinculados ao patrimônio do órgão”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO					-
Síntese da providência adotada:					
Diligência Cumprida, com a realização de auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio. P.A. nº 02/2010, Classe X, protocolo nº 5/2011, autuado em 03/01/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
O relatório de auditoria informa a ausência de sistemática formal, sugerindo à Coordenadoria de Material e Patrimônio a apresentação de um plano de ação para a eliminação das diferenças evidenciadas pelo Inventário anual entre os registros contábeis e a locação física e saneamento das inconsistências encontradas. O Procedimento					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Administrativo encontra-se na Coordenadoria de Material e Patrimônio para atender a sugestão e, após, retornar à Coordenadoria de Controle Interno para conhecimento e manifestação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.
Como fator positivo, informamos que a Comissão de Auditoria teve acesso irrestrito a todos os documentos e informações solicitadas para a apresentação de seu relatório.

QUADRO XXXIX.A.15.2 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2.1	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“desaparecimento de 307 bens pertencentes ao patrimônio do órgão, de que trata o Procedimento Administrativo nº 370/2005, Classe X, protocolo nº 2820/2005”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA - GERAL					-
Síntese da providência adotada:					
Constituiu-se nova Comissão de Tomada de Contas, designada através da Portaria nº 173 de 01/04/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em decorrência da divergência existente entre o Certificado de Auditoria do Controle Interno e o Relatório da					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Comissão de TCE, os Autos foram para o Exmo Sr. Presidente decidir da seguinte forma: **“diante dos procedimentos apuratórios levados a efeito nos autos não tendo a Comissão da TCE verificado dolo por parte dos servidores....CONCORDO E APROVO os Termos do Relatório....DETERMINO adoção das providências nele sugeridas, com as ressalvas constantes no Certificado de Auditoria de fls. 934/935”**. O procedimento Administrativo encontra-se na Coordenadoria de Material e Patrimônio para baixa no SIAFI E SISTEMA LINK-DATA dos bens elencados, tendo sido expedida, pela Diretoria Geral, notificações aos responsáveis pelo dano, para ressarcimento ao erário, e uma vez decorridos os prazos dados aos responsáveis, sem resposta, sejam remetidas cópias dos autos à Procuradoria da Fazenda Nacional para a promoção de inscrição e cobrança judicial da dívida. Como alguns envolvidos recorreram da **DECISÃO**, a Administração espera o decurso do prazo estipulado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

Como fator negativo, tivemos o afastamento do Exmo Sr. Presidente desta Corte pelo período de 5 (cinco) meses, em virtude de ter tido parente candidato ao Cargo de Deputado Federal, e isso contribuiu para a demora de sua apreciação e decisão acerca da divergência existente entre a Coordenadoria de Controle Interno e a Comissão de TCE.

QUADRO XL.A.15.3 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2.2	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“em relação ao Processo n. 111/2004- Classe X, que trata de TCE relativa à baixa patrimonial no montante de R\$ 23.796,68 (vinte e três mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos)”. P.A.TCE nº 105/2006, Classe X, protocolo nº 607/2006.					
Providências Adotadas					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA - GERAL	-
Síntese da providência adotada:	
Constituiu-se nova Comissão de Tomada de Contas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram localizados 56 bens no valor de R\$ 14.097,87. Encaminhou-se o Ofício nº 147/2010-DG ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para confirmar a recepção de 61 bens no valor de R\$ 9.698,81, o que foi confirmado através do Ofício nº 403/2010-GP/TJAP, de 1º de outubro de 2010, e solicitado, ainda, a regularização de posse através de termo de doação, o que foi efetivado através do Termo de Doação nº 18/2010 – TRE/AP, assinado pelos Presidentes do TRE e TJAP. Uma via desse Termo de Doação está juntada no P. A. TCE nº 105/2006, Classe X, protocolo nº 607/2006.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.	
Como fator positivo, tivemos a colaboração do Tribunal de Justiça em responder, de forma célere, ao Ofício enviado por este Tribunal, o que nos facilitou a finalização dessa Tomada de Contas.	

QUADRO XLII.A.15.4 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	020.361/2008-5	Acórdão nº 3564/2009	1.5.2.3	CI/DE	445/2009-TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
“à desconformidade entre o inventário físico relativo ao exercício de 2007 e os registros constantes no sistema de patrimônio do órgão e SIAFI, considerando que não foi localizada a quantidade de 234 itens, correspondendo ao					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

montante de R\$ 49.094,22 (quarenta e nove mil, noventa e quatro reais e vinte dois centavos)”. P.A. nº 27/2007, Classe VII, protocolo nº 4585/2007.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Administração e Orçamento	-
Síntese da providência adotada:	
Da quantidade de 234 itens, no valor de R\$ 49.094,22, foram localizados 43 bens, 84 bens constam da TCE informada, supra, na ordem 2, item 1.5.2.1, 22 bens foram baixados (18 foram enviados ao TSE em 2003 e 4 foram ressarcidos), 3 bens eram acessórios de veículo acidentado, com perda total, os quais já foram baixados. Os 92 bens, no valor de R\$ 25.997,48, que não foram encontrados, foram incluídos na TCE nº 001/2010, a qual continua sobrestada, até que a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifeste acerca da permanência dos mesmos no relatório de Inventário 2010, como bens não encontrados. A Comissão de Inventário já apresentou seu relatório, através do Procedimento Administrativo nº 26/2010, Classe VII, protocolo nº 10.136/2010, o qual encontra-se na CMP para manifestação acerca das pendências apontadas no relatório.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.	
Como fator negativo, tivemos o excesso de banco de horas e o recesso forense, o que provocou atraso na finalização do inventário e posterior entrega do relatório, prejudicando as providências que a CMP deverá adotar para sanar as pendências apontadas, e, após, encaminhar à Coordenadoria de Controle Interno para conhecimento e manifestação.	

QUADRO XLII.A.15.5 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	013.301/2005-2	Acórdão nº 4930/2009	1.6.1.1	CI/DE	715/2009-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Descrição da Deliberação:	
“encaminhe à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amapá – PFN/AP a documentação necessária para fins de inscrição da Sra. Marli de Fátima Andrade na dívida ativa da União, no montante de R\$ 11.599,36 (onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), por conta de recebimentos indevidos, a título de férias relativamente aos exercícios de 1995 e 1996, quando em tal período essa responsável sequer estava à disposição do TRE/AP, conforme informação constante do Parecer Jurídico/TRE nº 222/2007, de 17 de dezembro de 2007”. P.A. nº 27/2007, Classe VII, protocolo nº 4585/2007.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	-
Síntese da providência adotada:	
Por equívoco deixamos de informar no Relatório de Gestão, mas na Tomada de Contas 2009 essa pendência foi sanada. Foi constatado que o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá ressarcia a União no valor de R\$ 4.397,14, referente às férias de 1995, através da ordem bancária nº OB 20040B928 e comprovante de depósito em conta Única do Tesouro Nacional nº 5.79F.FBE.20D.E1E.3CD. Quanto ao exercício de 1996, a Secretaria de Gestão de Pessoas notificou a Sra. Marli de Fátima Andrade para recolher aos cofres da União o valor corrigido de R\$ 9.341,65 referente ao exercício de 1996, o que ocorreu em 28 de fevereiro de 2011, comprovado pela GRU nº 20011RA002677, autenticação bancária nº BB44E58C6E9BA4F1.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.	
Como fator negativo, a dificuldade da sra. Marli de Fátima Andrade em aceitar a determinação do TCU, o que retardou o recolhimento devido.	

QUADRO XLIII.A.15.6 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 016.643/2006-0	3.491/2007- 2ª Câmara	1.	DE	OFICIO nº N° 1685/07 - TCU de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

					04/12/2007
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral/AP que, nas próximas contas, registre a ocorrência ou não de prejuízos às atividades do órgão no tocante a cessões e requisições de servidores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Controle Interno					-
Síntese da providência adotada:					
Aberto PA nº 255/2007, classe X, protocolo nº 6.207/2007 para coleta de informações junto às unidades. A última coleta data de dez/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não há servidores deste TRE cedidos a outros órgãos e as requisições para o TRE visam sanar em parte a carência de servidores efetivos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As unidades disponibilizaram as informações de forma tempestiva.					

QUADRO XLIV.A.15.7 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 025.818/2008-4	Acórdão nº 1.074/2009 –	9.1.1 a	RE	OFICIO nº 39/09 TCU de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

		Plenário	9.1.4 e 9.2		15/06/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
9.1.1 desenvolvam programa de monitoramento da qualidade do trabalho da auditoria interna. 9.1.4. disciplinem a participação dos auditores dos órgãos e unidades de controle interno em atividades próprias e típicas de gestores. 9.2. recomendar ao dirigentes ou órgão colegiado máximo das unidades jurisdicionadas a seguir indicadas, com base no inciso III do art. 250 do RI/TCU, que reposicionem hierarquicamente seu órgão de controle interno para que este lhe seja diretamente subordinado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Controle Interno/Diretoria Geral					-
Síntese da providência adotada:					
A Justiça Eleitoral através de comitê criado para esta finalidade vem realizando estudos visando à implementação das medidas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ainda não ocorreu a implementação das recomendações do TCU, visto que o Comitê de Auditoria da Justiça Eleitoral não concluiu seus trabalhos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As recomendações feitas pelo TCU requerem um estudo cuidadoso para sua implementação, visto que demandam alteração na estrutura e no regulamento do Tribunal, além da rotina de trabalho dos setores do órgão, especialmente da Coordenadoria de Controle Interno.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

QUADRO XLV.A.15.8 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 000.390/2010-0	-	6.1, 6.2 , 6.2.1 e 6.2.2	-	OFICIO 316/2010-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
6.1. no prazo de 5 (cinco) dias a partir da ciência deste ofício, o encaminhamento, para o endereço abaixo discriminado, do formulário de “Dados de Apoio” (Anexo I desta diligência) preenchido, pelo qual V. Exª indicará o interlocutor dessa instituição com quem a Sefti/TCU manterá contato para fins do presente levantamento do trabalho da auditoria interna. 6.2. no prazo de 15 (quinze) dias a partir da ciência deste ofício, o envio da resposta ao questionário “Perfil de Governança de TI 2010 – Questionário”, que está disponível no endereço WWW.tcu.gov.br/fiscalizacaoti, de duas formas simultaneamente: 6.2.1. na forma eletrônica , enviada a partir do e-mail do interlocutor, para o endereço eletrônico levantamento2010@tcu.gov.br desta Secretaria de Fiscalização e Tecnologia da Informação. As instruções para o envio estão na parte introdutória do questionário; 6.2.2. e também na forma impressa, enviado ao endereço especificado abaixo, devidamente preenchido e assinado por V.Exª					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação/Diretoria Geral					-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Síntese da providência adotada:
Houve o preenchimento do formulário de indicação do interlocutor, do questionário: Perfil Gov TI 2010 e o encaminhamento através dos endereços indicados.
Síntese dos resultados obtidos
O TCU encaminhou, a este Tribunal, o relatório contendo os resultados do “Levantamento de Governança de TI 2010”, além dos comparativos gerais com instituições similares, e a análise dos dados consolidados de todos os participantes, permitindo uma comparação de atuação com outros Órgãos congêneres.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.

QUADRO XLVI.A.15.9 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	Nº 15.529/2010-0	-	a, b , c e d	-	2190/2010-TCU/SECEX-5
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Descrição da Deliberação:					
a) Quais foram os montantes das despesas com pessoal (ativos, inativos e pensionistas) durante os anos de 2007 a 2009?					
b) Quais foram os montantes de contribuição previdenciária recolhidos de ativos, inativos e pensionistas, e de cota patronal nos anos de 2007 a 2009?					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

c) As contribuições previdenciárias de ativos, inativos e pensionistas são calculadas com base em quais parcelas remuneratórias?	
d) Consultas à base de dados indicaram que, durante o ano de 2009, o total de contribuição previdenciária dos servidores ativos foi igual a 17,16% das despesas com pessoal ativo, enquanto a cota patronal foi igual a 4,07% dessas despesas. Considerando que os números se mostram diferentes das cotas previstas e das médias observadas para os tribunais eleitorais (em torno de 8,7% e 14%, respectivamente), qual é a explicação para esses dados?	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas/Coordenadoria de Orçamento e Finanças	-
Síntese da providência adotada:	
Através do Ofício nº 159 - DG, de 23 de setembro de 2010, encaminhou-se o anexo contendo todas as indagações solicitadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Coordenadoria de Orçamento e Finanças ao tomar conhecimento da divergência apontada no item d entrou em contato com a Setorial Contábil da Justiça Eleitoral para que fosse verificada a possibilidade de regularização do exercício 2009, o que, infelizmente, não seria mais possível.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator positivo, ao receber essa diligência, informamos que o recolhimento das contribuições previdenciárias, referentes ao exercício de 2010, foram recolhidas no devido código.	

QUADRO XLVII.A.15.10 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	021.566/2006-0	-	2	-	OFÍCIO Nº 0521/sEFIP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		-
Descrição da Deliberação:		
Por esse motivo, venho solicitar seja informado a esse Tribunal de Contas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, se, no âmbito desse órgão, a parcela relativa à VPI da Lei nº 10.698/2003 já está proporcionalizada , nas aposentadorias e pensões civis calculadas proporcionalmente e com paridade, ou se continua sendo paga no seu valor integral.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas		-
Síntese da providência adotada:		
O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, através do Ofício nº 313-GAB/PRES, de 19 de novembro de 2010, informou que a parcela relativa à VIP da Lei nº 10698/2003, já se encontrava proporcionalizada nas aposentadorias e pensões, e, ainda, que essa informação já havia sido prestada através do Ofício nº 23/2009-SGP/DG, de 31 de março de 2009..		
Síntese dos resultados obtidos		
Considerando que apenas a Sra MARIA ROGINETE FUGUEIRA UCHÔA se enquadrava no item 9.2 do Acórdão 61/2009 – TCU – Plenário, este Tribunal, em atendimento às recomendações do TCU, passou a efetivar esse pagamento de forma proporcionalizada a partir do mês de março de 2009.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Este Tribunal não teve dificuldades para adotar as providências diligenciadas.		

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Quadro XLVIII.A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	-
Recomendações do OCI	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2001	1-10	P.A.Nº02/2001, CLASSE X, PROT. Nº 5/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO			-
Descrição da Recomendação:			
O Controle Interno deste Tribunal Regional Eleitoral do Amapá realizou auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio, e diante dos resultados e das constatações recomendaram: • Emissão dos Termos de Responsabilidade pendentes, bem como implantação de sistemática para emissão de novos Termos de Responsabilidade, tão logo, haja mudança de responsável pelos bens da unidade em atendimento à IN-TRE/AP nº 001/1998. • Implantação de sistemática para emissão de Guias de Transferência devidamente assinadas pelos responsáveis, sempre que houver transferência da responsabilidade dos bens; • Implantação de manual de padronização com procedimentos e prazos para responsabilização e ressarcimento ao erário, quando da não localização dos bens pela Comissão de inventário; • Estudos para verificar viabilidade e conveniência de se proceder à inventários parciais, o que poderia auxiliar na identificação de ausência de bens e providências mais céleres para sua localização e eventual ressarcimento ao erário; • Diante da ampliação do espaço disponível do TRE-AP, disponibilização de local específico destinado à guarda de bens patrimoniais devolvidos à CMP ou recém-adquiridos e ainda não alocados nos setores. • Treinamento e socialização de informações e atividades relativas aos controles patrimoniais e uso do sistema de gestão patrimonial em entre os diversos servidores que compõem a Coordenadoria de Material e Patrimônio, evitando assim, concentração de atividades em apenas um ou poucos servidores. • Implantação de procedimento padrão para classificação contábil dos bens, com vistas a evitar diferenças entre os sistemas de gestão patrimonial e o SIAFI. • Acompanhamento por parte da Administração quanto às providências para ressarcimento ao erário dos 111 (cento e onze) bens constantes do processo administrativo sob o nº 370/2005 - Classe X. • Acompanhamento por parte da Administração quanto às providências para regularização da baixa patrimonial no montante de R\$ 23.796,68 (vinte e três mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos) constantes do Processo nº 111/2004 - Classe X. • Instauração de Tomada de Contas Especial para responsabilização e ressarcimento ao erário dos 92 (noventa e dois) bens não localizados no valor de R\$ 25.997,48 (vinte e cinco mil novecentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos) relativos à desconformidade entre o inventário físico relativo ao exercício de 2007 e os registros constantes no sistema de patrimônio do órgão e SIAFI.			
Providências Adotadas			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	-
Síntese da providência adotada:	
Todas as sugestões foram acatadas e como resultado a Coordenadoria de Material e Patrimônio está elaborando um plano de ação para a eliminação das diferenças evidenciadas pelo Inventário anual entre os registros contábeis e a locação física e, ainda, saneamento das inconsistências encontradas. Quanto aos P.A. nº 370/2005, Classe X, protocolo 2820/2005, P.A. nº 11/2004, P. A. TCE nº 105/2006, Classe X, protocolo nº 607/2006 e P.A. nº 27/2007, Classe VII, protocolo 4585/2007 (Inventário físico relativo ao exercício de 2007) todos já foram mencionados nos quadro que tratam das deliberações do TCU, nas ordens 2, 3 e 4, respectivamente.	
Síntese dos resultados obtidos	
A efetivação de um controle maior na distribuição dos bens, e a realização de um trabalho de conscientização através de reuniões, e-mails, junto as Unidades do Tribunal, quanto as suas responsabilidades relativas ao patrimônio público que lhes são concedidos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Como fator negativo, apontamos a quantidade de servidores lotados na Coordenadoria de Material e Patrimônio que é insuficiente para a realização de um trabalho de excelência, e, ainda, retardando a execução dos procedimentos a serem adotados.	

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Como relevância para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão, temos a relatar o seguinte:

- No âmbito Social foi dado maior incentivo ao Programa Eleitor do Futuro, Programa que atende a faixa etária de 10 a 15 anos, com ações voltadas para cidadania através de eleições de representantes de turma e diplomação dos eleitos, palestras nas Escolas cadastradas, divulgação da Urna Eletrônica, cadastramento eleitoral dos alunos que já haviam completado 16 anos, realizado nas próprias escolas.
- Realizamos treinamento para os Chefes de Cartórios acerca de Suprimentos de Fundos, uma vez que os mesmos apresentam certa dificuldade desde a solicitação e a prestação de contas. E como resultado, 90% das impropriedades apresentadas nos suprimentos anteriores foram evitadas.
- A realização da Eleição através da Biometria nos municípios de Ferreira Gomes e o Calçoene, confirmando-se a lisura do processo eleitoral, utilizando-se urnas com Biometria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

- A realização de dois encontros com os Juízes Eleitorais e Chefes de Cartório com o intuito de se fazer uma avaliação retrospectiva acerca das dificuldades apresentadas durante o 1º e 2º Turno das Eleições Gerais 2010. O resultado foi bastante positivo, porque conseguimos corrigir os problemas apresentados no 1º Turno, evitando-os no 2º Turno. E ao final do 2º Turno realizou-se o 2º encontro para o fechamento dessa avaliação.
- A finalização do trabalho de análise, no período de sete meses, realizado para identificar incidências que ocasionaram os erros de lançamentos tais como: lançamento apenas no sistema patrimonial (LINK DATA), lançamento apenas no SIAFI, baixa de bens somente no SIAFI, baixa de bens somente no sistema patrimonial (LINK DATA), registro equivocado de entrada de bens em uma conta sendo que pertencia a outra, e dessa forma sanamos a diferença existente nas Contas Patrimoniais **30-MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, 35 – MATERIAL DE PROCESSAMENTOS DE DADOS e 40- MOBILIÁRIOS EM GERAL**, ressaltando que essas inconsistências tiveram início em Gestões passadas, desde 1999 sendo sanadas na Gestão atual, implantando-se controles para evitar novas ocorrências.
- Por fim, há de se ressaltar que a **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** deste Regional foi de **99,9%**, e a **EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR** foi de **92,6%** quase em sua totalidade, e para obtermos esse percentual destacamos as seguintes boas práticas: *adoção de registro de preços e data limite para o início das licitações; maior integração entre as Unidades do Tribunal; maior controle das inscrições em restos a pagar, bem como sua execução; acompanhamento, mensalmente, da execução dos saldos dos empenhos estimativos, para eventual anulação e utilização desses recursos.*

B – Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	070029



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Macapá - AP	Data	02 de março de 2011
Contador Responsável	Lucélia Cunha Moraes	CRC n°	CRC N° PA-011317/O-1

C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

1. Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos Art. 40 a 43 da Lei n° 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN.

Quadro XLIX.C.1.1 – Relação dos diretórios de partidos no Estado

SIGLA	NOME DO PARTIDO	REGISTRO NO TSE		RESPONSÁVEL PELO DIRETÓRIO	PERÍODO
		NÚMERO	DATA		
<u>PMDB</u>	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO		30.06.1981	GILVAM PINHEIRO BORGES	13.12.2006 A 14.12.2011
<u>PDT</u>	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA		10.11.1981	ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA	20.12.2007 A 26.12.2011
<u>PTB</u>	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO		03.11.1981	EDUARDO SEABRA DA COSTA	05.04.2008 A 04.04.2011
<u>PT</u>	PARTIDO DOS TRABALHADORES		11.02.1982	MARIA NILZA AMARAL DE ARAÚJO	30.03.2008 A 20.02.2014
<u>DEM</u>	DEMOCRATAS		11.09.1986	DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELÉM	03.03.2005 A 15.02.2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

<u>PC DO B</u>	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL		23.06.1988	JOSÉ LUIZ AMARAL PINGARILHO	11.12.2007 A 05.11.2011
<u>PSB</u>	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO		01.07.1988	JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE	16.05.2008 A 15.05.2011
<u>PSDB</u>	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA		24.08.1989	JORGE AMANAJÁS	21.10.2007 A 27.09.2011
<u>PTC</u>	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO		22.02.1990	HEDIVELSON CARLOS QUEIROZ DE SOUZA	24.11.2008 A 22.09.2010
<u>PSC</u>	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO		29.03.1990	MOISÉS REATEGUI DE SOUZA	25.08.2009 A INDETERMINADA
<u>PMN</u>	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL		25.10.1990	KELSON DE FREITAS VAZ	20.12.2007 A 07.06.2010
<u>PRP</u>	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA		29.10.1991	1. JOEL GILBERTO CILIÃO 2. CLAUBENIL SEBASTIÃO BOTELHO DE PAIVA	03.10.2007 A 17.05.2009 18.05.2009 A 01.06.2010
<u>PPS</u>	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA		19.03.1992	JACI PENA AMANAJÁS	17.08.2007 A 01.07.2011
<u>PV</u>	PARTIDO VERDE		30.09.1993	ANTONIO JOSÉ NUNES DOS SANTOS	13.05.2008 A 14.03.2011
<u>PT DO B</u>	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL		11.10.1994	ADAIL BARRIGA DIAS	23.05.2004 A INDETERMINADA
<u>PP</u>	PARTIDO PROGRESSISTA		16.11.1995	1. PEDRO PAULO DIAS DE CARVALHO 2. BENEDITO DIAS DE CARVALHO	12.12.2007 A 21.03.2008 22.03.2008 A INDETERMINADA
<u>PSTU</u>	PARTIDO SOCIALISTA DOS		19.12.1995	CARLOS CLEY	10042009 A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

	TRABALHADORES UNIFICADO			RAMOS PAIVA	09.04.2011
<u>PCB</u>	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO		09.05.1996	SEBASTIÃO NELSON SILVA DE SOUZA	14.10.2007 A 05.01.2013
<u>PRTB</u>	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO		28.03.1995	HILDEGARD DE AZEVEDO GURGEL	08.09.2009 A 01.04.2011
<u>PHS</u>	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE		20.03.1997	MÁRIO ANTONIO MARQUES FÁSCIO	11.11.2007 A 18.11.2010
<u>PSDC</u>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO		05.08.1997	1. RANDOLPH ANTONIO PEREIRA DA SILVA 2. EMANUEL SILVA PEREIRA	31.05.2007 A 30.05.2008 30.09.2009 A 30.09.2011
<u>PTN</u>	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL		02.10.1997	ELDEIN JOSÉ BRITO PIRES	18.04.2008 A 19.10.2010
<u>PSL</u>	PARTIDO SOCIAL LIBERAL		02.06.1998	1. ALEXANDRE DOLABELLA PEREIRA BARCELOS 2. EDSON CARDOSO MONTEIRO	30.04.2009 A 30.07.2009 30.12.2009 A INDETERMINADO
<u>PRB</u>	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO		25.8.2005	GLÊNIO NUNES DA SILVA	25.10.2005 A 03.05.2010
<u>PSOL</u>	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE		15.09.2005	RANDOLFE FREDERICH RODRIGUES ALVES	07.07.2007 A 03.07.2011
<u>PR</u>	PARTIDO DA REPÚBLICA		19.12.2006	MARIA LUCENIRA DE OLIVEIRA PIMENTEL	20.03.2007 A INDETERMINADA

FONTE:

OBS. o subcampo "número" não foi preenchido tendo em vista que o registro é feito no TSE e, portanto, já constará do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

relatório do TSE.

Quadro L.C.1.3 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.

Valores em
\$,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2010	2009	2008
DEM		R\$ 121.000,00	R\$ 240.000,00
PMDB		R\$ 335.228,43	R\$ 290.275,11
PP		R\$ 155.000,00	R\$ 150.000,00
PSB		R\$ 89.054,14	R\$ 79.566,28
PSDB		R\$ 211.497,52	R\$ 546.275,96
PT		R\$ 79.824,74	R\$ 69.034,99
PTB		R\$ 71.000,00	R\$ 71.000,00
PSOL		R\$ 28.026,30	
PDT			
PR		R\$ 10.000,00	
TOTAIS		R\$ 1.100.631,13	R\$ 1.446.152,34

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCI

Obs. O subcampo "2010" não foi preenchido tendo em vista que o prazo para apresentação das contas referente a este exercício expira em 30 de abril do ano corrente. Vale a pena frisar que tal controle é feito na Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal, de onde foram obtidas as informações;

QUADRO L.C.1.4 – PARTIDOS QUE PRESTARAM CONTAS EM 2009.

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2010
PP	30.04.2010	PC Nº 113-15.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PHS		NÃO APRESENTADA	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA DO PARTIDO	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2010
PDT	30.04.2010	PC Nº 109-75.2010.6.03.0000	APROVADA
PTB	28.04.2010	PC Nº 106-23.2010.6.03.0000	APROVADA
PMDB	23.04.2010	PC Nº 103-68.2010.6.03.0000	APROVADA
PSTU	30.04.2010	PC Nº 108-90.2010.6.03.0000	NÃO APROVADA
PSL		NÃO APRESENTADA	
PT	30.04.2010	PC Nº 110-60.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PSC	30.04.2010	PC Nº 112-30.2010.6.03.0000	APROVADA
PCB	28.04.2010	PC Nº 105-38.2010.6.03.0000	APROVADA
PRP		NÃO APRESENTADA	
DEM	30.04.2010	PC Nº 107-08.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PSOL	30.04.2010	PC Nº 114-97.2010.6.03.0000	APROVADA
PTC		NÃO APRESENTADA	
PV		NÃO APRESENTADA	
PRB	30.04.2010	PC Nº 115-82.2010.6.03.0000	DESAPROVADA
PTdoB		NÃO APRESENTADA	
PRTB	17.05.2010	PC Nº 120-07.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PSDC	26.04.2010	PC Nº 104-53.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PSB	22.04.2010	PC Nº 102-83.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PSDB	19.05.2010	PC Nº 122-74.2010.6.03.0000	APROVADA COM RESSALVAS
PCdoB		NÃO APRESENTADA	
PPS		NÃO APRESENTADA	
PMN		NÃO APRESENTADA	
PR	30.04.2010	PC Nº 111-45.2010.6.03.0000	APROVADA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Quadro LII. C.1.5 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2009

SIGLA DO PARTIDO	MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE
PSL	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PTN	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PPS	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PHS	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PMN	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PV	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PRP	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PC do B	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PT do B	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação
PTC	Comunicados por meio de Ofício o TSE e o Diretório Nacional da Agremiação

QUADRO LIIC.1.7 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2009	2008	2007	2006	2005
<u>PMDB</u>	AP	AP	AP	AR	AR
<u>PDT</u>	AP	AP	AP	AR	AP
<u>PTB</u>	AP	AR	AR	AP	AP
<u>PT</u>	AR	DP	AP	AR	AR
<u>DEM</u>	AR	AR	AR	AR	DP
<u>PC DO B</u>					
<u>PSB</u>	AR	DP	AR	AP	AP
<u>PSDB</u>	AR	AR	AR	AR	AR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS				
	EXERCÍCIOS DE:				
	2009	2008	2007	2006	2005
<u>PTC</u>					
<u>PSC</u>	AP	AR	AP	AR	AR
<u>PMN</u>					
<u>PRP</u>		DP	DP	DP	DP
<u>PPS</u>			DP	DP	DP
<u>PV</u>		DP	DP	DP	DP
<u>PT DO B</u>					
<u>PP</u>		AR	AR	AR	AR
<u>PSTU</u>	DP		DP	DP	
<u>PCB</u>	AP	AR	DP		
<u>PRTB</u>	AR	AR	DP	DP	DP
<u>PHS</u>				AR	DP
<u>PSDC</u>	AR	AR	AR		DP
<u>PTN</u>					
<u>PSL</u>		DP	AP	AR	DP
<u>PRB</u>	DP				
<u>PSOL</u>	AP	AP	AP	AR	AR
<u>PR</u>	AP	AP	AP		
TOTAIS					
<u>Legenda:</u> AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalva					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS				
	EXERCÍCIOS DE:				
	2009	2008	2007	2006	2005
DP – Desaprovada					
RE – Em recurso					

Fonte: Seção de Registros
Partidários - SRP

Macapá, 29 de abril de 2011.

Desembargador Edinardo Maria Rodrigues de Souza

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá